

**CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DO
RIO GRANDE DO SUL**

**DEMONSTRAÇÃO DA
RESPONSABILIDADE SOCIAL**

COMISSÃO DE ESTUDOS DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL (2009)

*Porto Alegre-RS
Julho de 2009*

Editor:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Baronesa do Gravataí, 471

90160-070 Porto Alegre-RS

Fone/fax (51) 3254-9400

Correio eletrônico: crcrs@crcrs.org.br

Internet: www.crcrs.org.br

Coordenação-Geral:

Contador Rogério Rokembach – Presidente do CRCRS

Autores – Comissão de Estudos de Responsabilidade Social (2007):

Contadora Lúcia Regina Faleiro Carvalho; Contador César Eduardo Stevens Kroetz; Contador Jader Branco Cavalheiro; Contador João Carlos Cavalheiro Nedel; Contadora Márcia Rosane Frey; Técn. Cont. Marco Aurélio Bernardi; Contador Marco Antônio Perottoni; Contador Fernando Ben.

Revisão desta edição para o CD: Comissão de Estudos de Responsabilidade Social do CRCRS (2009): Contador Fernando Ben (Coordenador); Contador Marco Antônio Perottoni; Contador Claudionor José Mores; Contadora Laurise Martha Pugues; Contador Jessé Alencar da Silva; Contador Marcelo Alexandre Vidal; Contador Marcos Leandro Cerveira; Contador Márcio Schuch Silveira; Tecn.Cont. Ane Elisa Moller Dapper.

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira
responsabilidade dos autores*

Apresentação

Colega:

Esta publicação tem o objetivo de subsidiar os profissionais com informações de como proceder para a elaboração da demonstração de responsabilidade social.

Esta é mais uma publicação do Programa de Fiscalização Preventiva – Educação Continuada deste CRCRS, que é oferecida gratuitamente à Classe Contábil gaúcha. Ela também está disponível, para consulta e *download*, na página do CRCRS.

Nossos agradecimentos aos que dedicaram uma parcela de seu tempo na elaboração deste livro, tendo em mente algo mais elevado: colaborar com a classe contábil gaúcha.

Contador ROGÉRIO ROKEMBACH
Conselheiro Presidente

Sumário

PARTE I

Introdução	07
1. Responsabilidade Social Corporativa e Desenvolvimento Sustentável	10
1.1. O que é responsabilidade social?	10
1.2. Por que se comprometer com a responsabilidade social?	16
1.3. O que é desenvolvimento sustentável?	19

PARTE II

Roteiro para elaboração da Demonstração da Responsabilidade Social	24
2. Apresentação da Entidade – Estratégias de Gestão e a Visão Social e Ambiental	25
2.1. Apresentação da Entidade	25
2.1.1. Mensagem da Presidência/Diretoria	27
2.1.2. Perfil Organizacional e Estrutura de Governança	28
2.1.3. Visão Social /Ambiental – Valores	29
2.1.4. Missão	30
2.1.5. Princípios e Valores	30
2.1.6. Diálogo com as Partes Interessadas	31
2.1.7. Estratégias da Gestão Social/Ambiental	31
3. Indicadores de Sustentabilidade	32
3.1. Informações do desempenho econômico	34
3.1.1. Informações sobre o resultado da entidade	34
3.1.2. Informações sobre ações, acionistas e dividendos	34
3.2. Informações do desempenho social	35
3.2.1. Informações do quadro de funcionários	35
3.2.2. Informações relativas a fornecedores	39
3.2.3. Informações relativas a clientes/consumidores	40
3.2.4. Informações relativas à comunidade externa	40
3.2.5. Informações relativas a governos	42
3.3. Informações do desempenho ambiental	43

4. Demonstração do Valor Adicionado – DVA	45
5. Notas Explicativas	54

PARTE III

6. Parecer da Auditoria	56
7. Indicadores da <i>Performance</i> da Responsabilidade Social	58
Considerações finais	66

Introdução

A cultura da responsabilidade social está cada vez mais presente nas entidades, sendo que muitas avançaram em suas práticas, aprimorando o relacionamento com os funcionários, adotando estratégias de redução do impacto no meio ambiente e investindo no desenvolvimento das comunidades em que atuam. Para orientar as empresas nesta gestão responsável, têm-se à disposição vários modelos e instrumentos, desde macrossinalizadores como a *Agenda 21* (Eco-92), até sistemas de gestão, compostos por normas padronizadas, tais como a SA 8000, AA 1000, OHSAS 18000, entre outras.

Com a gestão responsável surgiram os relatórios sociais que evidenciam e divulgam as ações sociais e ambientais praticadas pelas empresas, elaboradas com base em diferentes metodologias, como, por exemplo, as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI); os indicadores propostos pelo Instituto Ethos; e o modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Nesse contexto de diversidades de metodologias de elaboração e divulgação de informações de natureza social e ambiental, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), preocupado em regular e ampliar o sistema contábil e atender às demandas por essas informações, editou a Resolução nº 1.003-04, que aprova a NBC T 15, a qual propõe a inclusão de informações de natureza social e ambiental ao sistema de registro e de demonstração contábil.

A norma estabelece procedimentos para a evidenciação dessas informações, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade socioambiental da entidade. Para fins desta norma, entendem-se como informações de natureza social e ambiental aquelas relativas:

- a) à geração e a distribuição de riqueza;
- b) aos recursos humanos;
- c) à interação da entidade com o ambiente externo; e
- d) à interação com o meio ambiente.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade sobre a matéria não tornou obrigatória a divulgação da Demonstração da Responsabilidade Social, editando, entretanto, diretrizes para sua apresentação. Assim, nos termos da regulamentação do CFC, foram estabelecidos parâmetros que devem ser observados quando houver sua publicação.

Para evidenciar tais fatos, a Comissão de Estudos de Responsabilidade Social do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul elaborou uma proposta de estrutura para a referida demonstração, denominada de Demonstração da Responsabilidade Social. Esta demonstração deve evidenciar os dados e as informações de natureza econômica, social e ambiental da entidade, extraídos ou não da Contabilidade, de acordo com os procedimentos especificados na NBC T 15.

O conteúdo das informações qualitativas referidas nos tópicos 2.1.3 a 2.1.7 deste livro é de fundamental importância, pois corresponde à manifestação de boa-fé da entidade, nos vários aspectos que compõem a responsabilidade social. Os indicadores de sustentabilidade, que informam os desempenhos econômicos, sociais e ambientais da entidade, inseridos no balanço social, correspondem ao fruto das aplicações desses conceitos em determinado período.

O texto normativo sugere que, se a demonstração for divulgada, seja efetuada como informação complementar às Demonstrações Contábeis, não a confundindo com as notas explicativas. Efetivamente, a demonstração surge para complementar o atual sistema informativo e, dada a sua importância, deve ser considerada como uma demonstração no mesmo nível das demais demonstrações contábeis, necessitando apenas mais divulgação e conhecimento no meio contábil.

Nesse sentido, esta publicação tem o objetivo de auxiliar empresários, estudiosos e profissionais da área contábil para o entendimento e elaboração da demonstração, bem como contribuir para a discussão e aplicação dos conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável em nível organizacional.

Para isso, a obra está organizada em três partes: a primeira apresenta uma sistematização do entendimento de diferentes autores sobre responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável; a segunda apresenta a estrutura proposta para a demonstração, dividida em apresentação da empresa – visão social/ambiental e estratégias de gestão –

indicadores de sustentabilidade – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e notas explicativas; e a terceira parte, que aborda o parecer da auditoria e uma proposta de indicadores da *performance* de responsabilidade social.



1. Responsabilidade Social Corporativa e Desenvolvimento Sustentável

A cultura da responsabilidade social corporativa vem crescendo de forma acentuada nos últimos anos, em função de mudanças no comportamento dos *stakeholders* (partícipes), dos governos, do mercado e das próprias organizações. Estas últimas, percebendo as alterações externas e demandas internas, procuram se adaptar a este cenário, incorporando práticas e atitudes de responsabilidade social e ambiental ao seu modelo de gestão. Desse modelo surge a proposta de apresentar e divulgar informações de ordem social e ambiental. Entretanto, existem diferenças conceituais que devem ser consideradas quando se abordam estes temas, como, por exemplo, a diferenciação entre responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável, ambos discutidos na sequência.

1.1. O que é responsabilidade social?

O tema responsabilidade social está em voga e em franco desenvolvimento em nível mundial, e também no Brasil, quer no âmbito acadêmico quer no profissional, empresarial ou governamental, sendo que seu entendimento está alicerçado em atitudes e ações que visam a melhorar a qualidade de vida. Dada a grande importância do tema, a própria ONU (Organização das Nações Unidas) tem debatido a questão, em seminários internacionais.

No Brasil, muitas organizações empresariais foram criadas para discutir temas sociais, de direitos humanos e de sustentabilidade ambiental, como, por exemplo, o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). Para o desenvolvimento comunitário e social podem ser citadas o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação Abrinq, entre outras. No que se refere à responsabilidade social corporativa, merece destaque o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado para promover a cultura da gestão empresarial balizada por princípios éticos; e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que, por intermédio do seu idealizador, Herbert de Souza, deu uma importante contribuição à área contábil, associando o balanço social à demonstração da responsabilidade pública e cidadã das empresas brasileiras.

Todavia, o crescente interesse nessa matéria, no nosso País, parece que ainda não tem merecido o devido destaque no meio empresarial, no que tange à divulgação de relatórios sociais e ambientais. Recentemente a empresa de consultoria BDO Trevisan divulgou seu primeiro estudo de Responsabilidade Social Corporativa – 2005/2006, no qual 620 empresas dos mais variados segmentos foram convidadas a participar. Destas, somente 78 responderam o questionário, sendo que 53 delas informaram que não fazem publicação de balanço social ou relatório social, ou seja, mais de 66% (2/3) não divulgam tais informações, o que demonstra falta de conhecimento acerca do tema e/ou certa insensibilidade social e ambiental. O estudo sinaliza um desinteresse ou desconhecimento mais profundo do tema, pelos empresários, pois:

- 75% das empresas não avaliam o impacto das suas ações em projetos sociais;
- 46 % das empresas não promovem ações de conscientização dos vendedores, com referência ao Código do Consumidor; e
- 66% não contribuem com entidades vinculadas à comunidade.

Várias têm sido as iniciativas para fomentar a elaboração e divulgação de relatórios sociais e ambientais, uma vez que a elaboração e a publicação de balanços sociais representam uma das mais importantes práticas estratégicas na gestão empresarial socialmente responsável. Além disso, viabiliza o planejamento, a avaliação e o aperfeiçoamento de ações sociais, promovendo a transparência e a abertura de canais de comunicação e de diálogo entre a entidade e seus *stakeholders* (partícipes).

Entre as iniciativas pioneiras está a concessão do *Selo Balanço Social Ibase/Betinho*, lançado em 1997, com o objetivo de estimular a participação das empresas para a elaboração e divulgação do Balanço Social. Outra iniciativa é o *Prêmio Balanço Social*, idealizado em conjunto por cinco entidades: a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), a Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que têm promovido discussões acerca do balanço social nas áreas de comunicação, mercado financeiro, empresas e sociedade civil (<http://www.premiobalancosocial.org.br>).

Em nível estadual, destaca-se a iniciativa pioneira em nosso País, oriunda do Rio Grande do Sul, introduzida pela Lei nº 11.440-00, que institui o *Certificado de Responsabilidade Social – RS* para as empresas e entidades que apresentarem seu balanço social e que atingirem a pontuação mínima estabelecida pelo prêmio. Além de incentivar a publicação do balanço social, a referida lei ratificou a importância da Contabilidade e do seu profissional, ao estabelecer que o balanço social para fins de certificação deverá ser assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade legalmente habilitado ao exercício profissional, mencionando, ainda, que os dados financeiros nele constantes deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis.

Assim sendo, entende-se oportuno oferecer mais elementos que possam influir positivamente, num maior engajamento social, com mais comprometimento do empresário e do profissional da Contabilidade em relação aos aspectos sociais e ambientais, o que, em consequência, trará resultados positivos a toda a sociedade.

Segundo o Instituto Ethos (2007),

A Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e coresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governos e meio ambiente) e conseguir incorporá-los nos planejamentos de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Na área contábil já se encontram vários pesquisadores da matéria, dentre eles cabe mencionar Kroetz, com vários pronunciamentos. Para o autor,

O conceito de responsabilidade social corporativa pressupõe que a organização não seja somente um agente econômico, produtor de riqueza e gerador de lucros, mas, também, um agente social, com participação e influência sobre o seu entorno. Tendo como objetivo não só o retorno ao acionista, mas também a geração do bem-estar, o desenvolvimento da comunidade onde atua, a sua colaboração na

preservação do meio ambiente e a criação de condições de trabalho favorável (2003, p. 6).

Ainda em relação à responsabilidade social corporativa, Kroetz resalta que “as organizações que incorporam a cultura da responsabilidade social, acabam transformando-a em uma espécie de *ativo intangível*, quase sempre oculto, cujo valor a contabilidade financeira, até o momento, é incapaz de registrar” (2003, p. 7).

Azambuja, outro estudioso da matéria, também dá sua contribuição ao tema, salientando que:

Por mais louvável que seja uma empresa construir uma creche ou um posto de saúde na sua comunidade, a sua generosidade em nada adiantará se, ao mesmo tempo, estiver poluindo o único rio local ou utilizando matéria-prima produzida em fábricas irregulares, que empregam trabalho infantil em condições insalubres ou perigosas (2001 p. 29).

Da mesma forma, Mendonça (2002) salienta a propaganda enganosa, ou seja, aquela em que a empresa veicula na mídia uma imagem institucional favorável, mas, na realidade, não observa padrões éticos de responsabilidade social, remunerando mal seus funcionários ou sonegando impostos.

Fica evidente que a ética é um dos principais conceitos, senão o principal, a ser observado pelas entidades que queiram ser reconhecidas e enquadradas dentro do conceito de responsabilidade social.

O comportamento ético também é evidenciado na definição de responsabilidade social corporativa proposto por Almeida, afirmando que a responsabilidade social corporativa “é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo” (Almeida *apud* MELO NETO e FRÓES, 1999, p. 90).

Para o enquadramento de uma empresa ou entidade, como eticamente responsável, ela deve se comprometer e obedecer a um conjunto de princípios ou regras, conforme segue:

- princípios éticos nos negócios e nas atividades;
- servir à sociedade com produtos úteis e em condições justas;
- respeito aos direitos humanos como uma das condições dignas de trabalho, que favoreçam a segurança, a saúde, o desenvolvimento humano e profissional dos trabalhadores;
- criar riqueza na condição mais eficaz possível;
- respeito ao meio ambiente;
- obedecer e cumprir as leis, normas, costumes e contratos firmados; e
- procurar a distribuição equitativa da riqueza gerada.

Nesse enfoque, buscar a responsabilidade social implica, em primeiro lugar, que as empresas desenvolvam uma visão integral de futuro, não somente incorporada à comunidade, mas, também, à sociedade e ao país, num sentido mais amplo. Em segundo lugar, que emerja uma nova forma de organização, que promova lideranças internas, que venham a contribuir e a reforçar a missão que identifica a empresa e a descentralização dos níveis de autoridade, melhorando a produtividade empresarial. Em terceiro lugar, sua projeção interna e externa, que mobilizará não só o dinheiro e equipes: seus aportes se produzem, também, em recursos humanos e profissionais, dando tempo para que os próprios trabalhadores apliquem seus conhecimentos nas atividades que se desenvolvem na sociedade.

Para concluir essa discussão, cabe diferenciar a responsabilidade social de filantropia e de investimento social. Tais aspectos são transcritos no Quadro 1, os quais devem ser considerados na hora de analisar um relatório de informações de natureza econômica, social e ambiental.

Quadro1 – Matriz de diferenças entre conceitos e práticas sociais.

Conceito	Filantropia	Investimento social	Responsabilidade social
Motivação	Exclusivamente altruísta.	Principalmente obtenção de benefícios para a empresa por meio de benefícios para a comunidade.	Principalmente obtenção de benefícios para seus trabalhadores, suas famílias e a comunidade na que se encontra com a finalidade de obter benefícios para a empresa no médio e longo prazo.

Conceito	Filantropia	Investimento social	Responsabilidade social
Fontes de recursos	Exclusivamente utilidades.	Principalmente fundos do orçamento da empresa.	Utilidades Fundos orçamentários Equipes Recursos humanos da empresa
Impacto desejado	Melhora a qualidade de vida da sociedade.	Melhoria na vida na comunidade por influência da empresa	Melhora a qualidade de vida da sociedade. Melhora a qualidade de vida da comunidade de influência da empresa. Melhora a produtividade dos trabalhadores.
Localização do impacto	Entorno externo da empresa.	Entorno externo da empresa.	Entorno interno da empresa. Entorno externo da empresa.
Benefícios esperados pela empresa	Satisfação pessoal.	Melhoramento da imagem e reputação da empresa.	Incremento da reputação e imagem da empresa. Incremento das utilidades da empresa. Satisfação pessoal.
Instrumentos de medição de efeitos de impactos	Informes de atividades da instituição executora.	Avaliações de processo em períodos. Avaliações de impacto eventuais. Apreciações sobre a repercussão da ação.	Balanço Social ou similares avaliações de impacto. Métodos de <i>marketing</i> social.
Modalidade de intervenções	Por meio de terceiros e de fundações próprias.	Diretamente. Por meio de fundações próprias. Por meio de terceiros.	Fundações próprias. Diretamente. Terceiros.
Instâncias que participam na tomada de decisões	Diretoria.	Presidência da diretoria. Gerência geral. Comitês especiais.	Presidente da diretoria. Diretoria. Comitês especiais. Gerencia geral. Sócios.

Fonte: Caravedo *apud* Kroetz (2003, p. 9)

1.2. Por que se comprometer com a responsabilidade social?

A empresa não age sozinha. Necessita da colaboração de vários parceiros, para atender e alcançar os seus objetivos econômicos, sociais e ambientais. Ao exercer sua função econômica, a empresa estabelece ações que incidem direta e indiretamente na vida das pessoas e do ambiente que a rodeia. Nesse sentido, a dimensão social e ambiental é algo intrínseco a sua atividade, uma vez que exerce grande influência sobre a vida das pessoas e sobre o meio ambiente.

Assim, pode-se concluir que há uma dependência recíproca. Na realidade ela é formada por um conjunto de interessados, os quais buscam, cada um, ao exercer o seu papel, dinamizar o processo de desenvolvimento organizacional. Este conjunto é conhecido internacionalmente como *stakeholders* ou partícipes, os quais influenciam e sofrem influência da entidade. Entre os principais, pode-se destacar:

- o **colaborador**, que motivado e engajado, gera maior produtividade para a empresa;
- o **fornecedor**, que deve receber um preço justo pela venda de seus produtos, alcançando um desempenho melhor, garantindo a continuidade da parceria;
- o **cliente**, que compra um produto com qualidade, preço adequado e com entrega no prazo contratado. Assim permanecerá fiel, pelo atendimento de suas necessidades e expectativas;
- o **meio ambiente**, que supre a empresa de recursos naturais necessários para o desenvolvimento de suas atividades, sendo que estes recursos devem estar colocados à sua disposição dentro das melhores condições possíveis, evitando-se custos desnecessários para sua adequação ao uso e ao consumo, por exemplo; e
- a **gestão administrativa**, que estabelece as políticas da entidade.

Além disso, implementar um modelo de gestão baseado na filosofia da responsabilidade social corporativa e no desenvolvimento sustentável pode gerar inúmeros benefícios para as entidades, sendo possível destacar:

- a melhoria do relacionamento organizacional interno, pela demonstração da preocupação com o trabalhador e do estabelecimento de condições adequadas de saúde e de segurança;
- informações em quantidade e qualidade, gerando mais confiabilidade aos compradores;

- melhor gerenciamento da cadeia produtiva;
- segurança para a empresa e para seus investidores;
- consolidação da imagem e reputação da entidade como socialmente responsável;
- formação de base sólida para a incorporação de códigos de governança corporativa e, conseqüentemente, ampliação do acesso ao mercado de capitais;
- maior chance de conquistas de certificados de responsabilidade social;
- acesso ao crédito direcionado a projetos de impacto social e ambiental (cabe ressaltar que o BNDES utiliza critérios de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável na avaliação de projetos);
- estrutura praticamente pronta para aproveitar os incentivos fiscais que levam em consideração aspectos sociais e ambientais (perspectiva de futuro discutida nos governos);
- aperfeiçoamento considerável no gerenciamento interno, pois gera um conjunto de informações/indicadores que complementam o sistema de gestão;
- utilização dos informes e práticas como base para implementação do *marketing* social;
- o modelo de gestão e os relatórios sociais podem ajudar a esclarecer melhor as oportunidades e desafios econômicos, ambientais e sociais de uma organização, em patamar acima daquele que simplesmente responde aos requerimentos por informação de partes interessadas;
- empresas crescentemente enfatizam a importância de relações com partes externas, variando desde consumidores a investidores, a grupos da comunidade, como chave para seu sucesso empresarial. Transparência e diálogo aberto sobre desempenho;
- prioridade e sustentabilidade ajudam a fortalecer as parcerias e a construir confiança ;
- o relatório de sustentabilidade é um vínculo para ligar funções tipicamente discretas e internas da empresa, como finanças, *marketing*, pesquisa e desenvolvimento, de maneira mais estratégica. O relatório de sustentabilidade possibilitará conversas internas, em que, de outra forma, não ocorreriam;
- o processo de desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade abre a possibilidade de vislumbrar possíveis problemas e oportunidades não identificadas em cadeias produtivas, comunidades, gestão da imagem e marca, entre outros;

- o relatório de sustentabilidade ajuda a aguçar a habilidade da gestão em avaliar a contribuição da organização ao capital natural, humano e social. Esta avaliação engrandece a perspectiva provida pela contabilidade financeira para criar uma fotografia mais completa, de longo prazo. O relato ajuda a evidenciar as contribuições sociais e ecológicas da organização e a “proposição de valor de sustentabilidade” de seus produtos e serviços. Tal mensuração é central para a manutenção e fortalecimento da “licença para operar”.

Além desses benefícios, ainda poderiam ser citados outros, alguns de ordem geral e outros específicos para cada atividade. A entidade que consegue engajar os seus parceiros, mediante o comprometimento das metas, visando à melhoria na qualidade de vida, à satisfação de seus acionistas e empregados, certamente alcançará resultados superiores no exercício social, em comparação com outras empresas que não as colocam em prática.

Reconhecendo este comprometimento das partes interessadas, a empresa deve retribuir de várias formas, em função das peculiaridades desses agentes que fazem parte do conjunto organizacional, em relação aos colaboradores, fornecedores, clientes, comunidade, governo, investidores e meio ambiente.

Ao adotar estas práticas de responsabilidade social, a gestão de uma organização caminha à cidadania empresarial, “em que direitos e obrigações encontram-se implícitos no ordenamento do próprio mercado e da sociedade” (Karkotli e Aragão, 2004, p. 47).

Sob este prisma, o empresário ou acionista não deve apenas ter preocupações com os resultados econômicos e financeiros, mas também com seus parceiros, empregados, clientes, fornecedores e governo, que também dão seus percentuais de contribuição para o desenvolvimento organizacional.

Constata-se, assim, que vários são os vetores e indutores que conduzem as entidades a incluírem a responsabilidade social em suas estratégias. Além dos vetores organizacionais, referentes à responsabilidade social corporativa e ao desenvolvimento sustentável perante os *stakeholders*, pode-se ainda elencar um conjunto de normas e padrões certificáveis, especificamente aqueles relacionados ao tema responsabilidade social, como as normas:

- **SA 8000 – *Social Accountability***: é uma das normas internacionais mais conhecidas. Criada em 1997, a norma enfoca, primordialmente, relações trabalhistas e visa a assegurar que não existam ações anti-sociais ao longo da cadeia produtiva, como trabalho infantil e escravo ou discriminação;
- **AA 1000 – *Accountability***: criada em 1996 com a finalidade de focar principalmente a relação da empresa com seus diversos *stakeholders*. Em outros termos, dispõe sobre a gestão da responsabilidade social, visando a monitorar as relações entre a empresa e a comunidade;
- **OHSAS 18000 – *Occupational Health and Safety Assessment Series***: dispõe sobre o sistema de gestão de segurança e higiene no trabalho;
- **NBR 16001 – *Responsabilidade Social***: criada em 2004 com a finalidade de estabelecer os requisitos mínimos relativos a um sistema da gestão da responsabilidade social;
- **ISO 26000 – *Responsabilidade Social***: atualmente em discussão, com conclusão prevista para 2008. Esta norma visa a estabelecer um parâmetro universal e completo para comparar as iniciativas de responsabilidade social.

Outros padrões e normas certificáveis, como os das séries ISO 9000 e 14000, respectivamente, certificação de qualidade e de certificação ambiental, também têm despertado o interesse do empresário, uma vez que as empresas, ao descreverem todos os seus processos, percebem que podem melhorar sua técnica e também os aspectos humanos e, com isso, conseguir a parceria e o comprometimento das pessoas envolvidas no processo.

1.3. O que é desenvolvimento sustentável?

Desenvolvimento sustentável é um tema que está presente nos debates no mundo inteiro. Consiste num conjunto de procedimentos que visa a suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as futuras gerações. Estes debates via de regra são fomentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos fóruns internacionais, que contam com a participação dos principais governantes, com a intenção de propor uma tomada de posição coerente pelas nações do mundo inteiro, preocupadas com o futuro da humanidade.

Na reunião realizada no Rio de Janeiro, a **Eco 92**, com grande participação de autoridades representativas de diversos países, o desenvolvimento sustentável foi o foco central dos debates, mantendo-se até hoje em pauta, principalmente, pelos alertas realizados por pesquisadores que conseguiram confirmar cientificamente que as mudanças climáticas são decorrentes do modelo de desenvolvimento (industrial) mundial.

Em termos de entendimento conceitual acerca do desenvolvimento sustentável e da mundialização da consciência sobre a necessidade de administração dos recursos ambientais, a Eco 92 pode ser considerada o ápice do pensamento oficial sobre a questão ambiental, da qual resultaram três importantes documentos: a *Carta da Terra* (também conhecida como Declaração do Rio), a *Agenda 21* e a *Declaração Autorizada de Princípios*. Nestes documentos, o conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global, definido por 179 países presentes à Conferência.

Dentre os documentos resultantes da Conferência, merece destaque a *Agenda 21*, um plano de ação, composto de quatro seções e 40 capítulos que definem objetivos e metas a serem alcançados, constituindo-se num documento político com compromissos assumidos e ações concretas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. O capítulo 8 trata da 'Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisão' e contempla entre outros programas o '**estabelecimento de sistemas de contabilidade ambiental e econômica integrada**', que dizem respeito direto à área contábil e por extensão ao profissional da Contabilidade.

No estabelecimento de metas e objetivos voltados à integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisão, ficou estabelecido, na seção 8.48, que os governos devem estimular as empresas que:

- a) ofereçam informações ambientais pertinentes por meio de relatórios claros a acionistas, credores, empregados, autoridades governamentais, consumidores e o público em geral; e
- b) desenvolvam e implementem métodos e normas para a Contabilidade do desenvolvimento sustentável (AGENDA 21, 2003, p. 130-131).

Ao tratar a integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisão, a *Agenda 21*, entre outros objetivos, busca ampliar os

sistemas de contabilidade econômica nacional atualmente utilizados para que passem a compreender as dimensões ambiental e social, contemplando também o ‘fortalecimento dos relatórios e demonstrações de informações de natureza ambiental e social por parte das empresas’.

Em termos gerais, o desenvolvimento sustentável visa à satisfação das necessidades básicas das populações, tais como educação, saúde, alimentação, lazer, água, entre outras, existindo a necessidade de se estabelecer um planejamento, uma vez que muitos dos recursos naturais são finitos. De uma forma simples e didática, os estudiosos da matéria fixaram como metas, alguns aspectos prioritários para o desenvolvimento sustentável:

- a satisfação das *necessidades básicas* da população (educação, alimentação, saúde, lazer, entre outras);
- a *solidariedade* para com as gerações futuras (preservação do meio ambiente para que elas tenham chance de viver);
- a participação da população envolvida. Todos devem se *conscientizar da necessidade de conservar o ambiente* e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal;
- a preservação dos *recursos naturais*, como água, oxigênio, entre outros;
- a *elaboração de um sistema social* garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas. Erradicação da miséria, do preconceito, do massacre de populações oprimidas; e
- a efetivação dos *programas educativos*.

O termo desenvolvimento sustentável tem sido objeto de polêmicas desde sua formulação pela Comissão *Brundtland* (Nosso Futuro Comum), que definiu desenvolvimento sustentável como sendo aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Da elaboração de um entendimento oficial sobre o problema, surgiram vários agentes econômicos e sociais que passaram a pressionar e delinear o novo perfil das atitudes políticas, econômicas e sociais sobre o meio ambiente.

Dentre as iniciativas para o novo perfil de atitudes estão as normas voluntárias relativas aos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs), que começaram a ser elaboradas de modo mais intenso a partir de meados da década de 1990. A primeira norma sobre SGA foi a BS 7750, criada pelo *British Standards Institution (BSI)*, em 1992, que norteou e se tornou um

protótipo para as normas voluntárias criadas em outros países e para as normas da série ISO 14000 sobre sistemas de gestão ambiental.

A série ISO 14000 tem vários desdobramentos, entre eles a 14001, 14004, 14010, 14011, 14012, 14015, 14020, 14024, 14031, 14040, 14043, 14050 e 14060. Para efeitos de certificação, a organização deve estabelecer e manter um SGA de acordo com os requisitos da norma ISO 14001:2004, que tem por objetivo prover as organizações com um sistema de gestão ambiental eficaz, passível de integração com qualquer outro requisito de gestão, de forma a auxiliá-la a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos.

Essas normas de certificação, bem como a evolução da consciência sobre os problemas ambientais devem ser objeto de conhecimento e estudo dos profissionais da Contabilidade, uma vez que as questões ambientais devem estar refletidas nas demonstrações contábeis e nos relatórios de administração das empresas, quer pelos demonstrativos contábeis tradicionais, obrigatórios pelas Leis nº 6404-76 e nº 11.638-07, quer por demonstrativos voluntários, como o balanço social e relatórios de sustentabilidade, a exemplo das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Conhecer e gerenciar os impactos ambientais e sociais de suas atividades, além de uma atitude responsável, está se tornando essencial no planejamento de programas de desenvolvimento. Algumas instituições bancárias já estão condicionando a concessão de empréstimos à apresentação, pela empresa, de relatórios de investimento social e ambiental. Em 2003, dez importantes bancos mundiais assinaram o acordo conhecido como *Princípios do Equador*, pelo qual como signatários, aceitaram seguir critérios socioambientais para a concessão de crédito, na época, superior a US\$ 50 milhões e atualmente fixado em US\$ 10 milhões.

No mercado financeiro, também os investimentos socialmente responsáveis estão sendo uma tendência mundial dos investidores, que procuram empresas que aliem a rentabilidade a práticas socialmente responsáveis e sustentáveis. No Brasil, a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa), e outras entidades, uniram esforços e criaram um índice de ações que seja um referencial para os investimentos socialmente responsáveis – o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

O ISE tem o objetivo de proporcionar aos investidores um ambiente de investimentos compatíveis com as demandas de desenvolvimento

sustentável da sociedade e estimular a responsabilidade social. Essas aplicações, denominadas de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), consideram que empresas “socialmente responsáveis” geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais.

No Brasil, as entidades ainda têm muitas carências na área gerencial, o que torna as decisões dos dirigentes fragmentadas, principalmente na dimensão socioambiental. Para tal é necessário desmistificar a visão sustentada pelo conceito *triple bottom line*, isto é, o econômico, o social e o ambiental precisam sempre caminhar juntos, sendo, para tanto, fundamental a participação do profissional da Contabilidade.



Parte II

Roteiro para elaboração da Demonstração de Responsabilidade Social

Não existe um padrão metodológico único para a elaboração de um Relatório de Responsabilidade Social e Ambiental, tanto no Brasil, como em nível internacional. O que existe são vários modelos, atendendo as proposições de determinadas entidades. Estes modelos são conhecidos por distintas denominações, como, por exemplo, Balanço Social, Relatório Social, Informe Social, Relatório de Sustentabilidade, entre outros.

Especificamente na área contábil o assunto também já foi amplamente discutido, tanto é que o Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Resolução nº 1003-2004, aprovou a norma NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que estabelece os procedimentos básicos de uma ‘Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental’ sem, no entanto, estabelecer um modelo de relatório. A partir das diretrizes estabelecidas na NBC T 15 e nas diferentes metodologias existentes para a elaboração de um Relatório de Responsabilidade Social, propõe-se uma estrutura para o referido relatório, contemplando informações qualitativas e quantitativas.

Inicialmente se propõe a apresentação de informações sobre a entidade, que evidenciem a sua estratégia de gestão. Após entende-se que devam ser divulgadas informações específicas sobre os indicadores de sustentabilidade, divididos em três categorias conforme proposto pelas diretrizes da GRI (2006). Na sequência, entende-se pertinente a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), já normatizada pelo CFC, por meio da Resolução do CFC nº 1.010-05, que editou a NBC T 3.7 e prevista em caráter obrigatório, na reformulação da Lei nº 6.404-76, como integrante das demonstrações contábeis. Também se sugere que o referido relatório (assim como é norma para as demonstrações contábeis), seja complementado com notas explicativas, conforme estrutura apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Proposta de estrutura para o Relatório de Responsabilidade Social/Ambiental

2. APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE – ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E A VISÃO SOCIAL E AMBIENTAL
2.1. Apresentação da Entidade
2.1.1. Mensagem do Presidente/Diretoria
2.1.2. Perfil Organizacional e Estrutura de Governança
2.1.3. Visão Social /Ambiental – Valores
2.1.4. Missão
2.1.5. Princípios e Valores
2.1.6. Diálogo com as Partes Interessadas
2.1.7. Estratégias da Gestão Social/Ambiental
3. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
3.1. Desempenho econômico
3.2. Desempenho social
3.3. Desempenho ambiental
4. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA
5. NOTAS EXPLICATIVAS

Na sequência são descritos e detalhados os tópicos que integram o Relatório de Responsabilidade Social/Ambiental proposto.

2. Apresentação da Entidade – Estratégias de Gestão e a Visão Social e Ambiental

2.1. Apresentação da Entidade

A primeira parte da demonstração de responsabilidade social deve apresentar o modelo de gestão proposto pela entidade, descrevendo a trajetória organizacional, especificando em seu relato, informações sobre o nascimento e sua evolução, sua localização, suas atividades, seus produtos e marcas, sua participação no mercado, seus mercados consumidores e seus concorrentes.

É possível apresentar estas informações em forma descritiva e também sintética, conforme Quadro 3, e, se necessário, detalhar estas informações.

Quadro 3 – Apresentação da entidade.

Entidade:	Ano da Fundação: _____
Localização:	
Natureza Jurídica:	
Objetivo (s) Social (is):	
Administração:	
Atividade operacional:	
Produtos principais:	
Marcas:	
Mercados / Países: (Vendas):	
Mercado interno: ___ % Principais Estados: _____	
Mercado Externo: ___ % Principais Países : _____	
Histórico da empresa: (breve, em até 15 linhas, no máximo)	
Indicação de dois contatos para informações sobre esta demonstração:	
(Nome, função na empresa, nº do telefone e e-mail)	

Neste mesmo tópico, é comum encontrarmos a apresentação de informações gerais e consolidadas da entidade, uma espécie de quadro-resumo, em que constam aquelas informações que merecem destaque. Não existe um padrão que determine os indicadores, mas alguns são mais frequentes e tradicionais. Vejamos os exemplos no Quadro 4:

Quadro 4 – Resumo de informações gerais da entidade.

<u>Porte da empresa – Indicadores-chave</u>		
<u>Indicadores Econômicos</u>	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>
Receita Bruta de Vendas/Serviços (R\$)		
Receita Líquida de Vendas (R\$)		
Resultado Líquido Operacional (R\$)		
Patrimônio Líquido (R\$)		
Dividendos e juros pagos por ação (R\$)		
Capitalização via Bolsa de Valores (R\$)		
Valor Adicionado		
EVA		
Ebitda		
Outros específicos da entidade		

Indicadores Sociais

Remuneração total bruta com encargos
Horas de formação/desenvolvimento por empregado
Número de funcionários
Índice de satisfação dos empregados
Índice de satisfação dos fornecedores
Índice de satisfação dos clientes
% de Investimentos sociais internos/externos
Média em dias para atender reclamações
Outros específicos da entidade

Indicadores Ambientais

Eletricidade consumida em kW
Consumo de água em m³
Investimento ambiental
Educação ambiental
Tratamento de resíduos
Outros

Na realidade, o Quadro 4 apresenta apenas algumas informações que podem ser definidas em função da atividade que a entidade exerce ou do público que deseja atingir. É comum encontrarmos este Quadro formado com indicadores direcionados para grupos de usuários, ou seja, informações consolidadas para funcionários, clientes, governos, acionistas, fornecedores e comunidade.

Além dos dados constantes na primeira parte, faz-se necessário efetuar uma apresentação global da entidade, informando a sua identidade social, fornecendo informações sobre seus objetivos, sua missão como atividade econômica, sua visão, seus princípios fundamentais de ação e seu código de ética, se houver, cuja proposição encontra-se na sequência deste estudo.

2.1.1. Mensagem da Presidência/Diretoria

A palavra da presidência/diretoria também merece destaque no relatório, uma vez que representa oficialmente o comprometimento da entidade em relação à responsabilidade socioambiental, informando seus compromissos, suas conquistas e os desafios a enfrentar, tendo como base o tripé da sustentabilidade (econômico, social e ambiental).

O presidente da entidade ou seu diretor-geral deverá se manifestar, descrevendo alguns pontos-chave do relatório. Como se trata do principal dirigente da organização, o seu posicionamento representa o pensamento da entidade.

Neste tópico, o presidente deverá se manifestar, brevemente, sobre as seguintes questões:

- a) pontos relevantes praticados pela entidade em termos de responsabilidade social e ambiental;
- b) posição da empresa ou o seu comprometimento com as questões ambientais, sociais e econômicas; e
- c) informações sobre as estratégias definidas, relatando os novos desafios da entidade, sejam elas em programas, ações ou produtos.

2.1.2. Perfil Organizacional e Estrutura de Governança

Neste campo a entidade deve informar de forma completa a descrição da estrutura organizacional, incluindo: a estrutura hierárquica, conselho de administração, comitê executivo ou a alta administração; enfim aqueles que são os responsáveis no estabelecimento de ações estratégicas e por dirigirem a organização; a identificação dos postos-chave, responsáveis pelas áreas operacionais, de vendas, administrativa, financeira e de recursos humanos; a identificação da área que formula as políticas de natureza social e ambiental na empresa; a identificação dos princípios orientadores da governança corporativa e de responsabilidade social.

Especificamente é possível elaborar um quadro-resumo e descritivo abordando tópicos como:

- descrição da estrutura organizacional, políticas e sistemas de gestão;
- estrutura de governança da organização, incluindo os comitês maiores, nos quais o conselho de diretores é responsável por estabelecer a estratégia e por dirigir a organização;
- porcentagem do conselho de diretores que são independentes, diretores não-executivos;
- processos em nível de conselho para dirigir a identificação e gestão dos riscos e oportunidades econômicas, ambientais e sociais da organização;
- estrutura organizacional e pessoas-chave responsáveis pela direção, implementação e auditoria de políticas econômicas, ambientais, sociais e outras relacionadas;

- declarações de missão e valores, códigos de ética desenvolvidos internamente, e políticas relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social e status de implementação;
- princípios orientadores e sistemas de gestão;
- comitês, conjunto de princípios ou outras iniciativas econômicas, ambientais e sociais voluntárias e externamente desenvolvidas, seguidas pela organização;
- principais participações como membro em associações industriais e de negócios, e/ou ONGs nacionais/internacionais;
- políticas e/ou sistemas para gerenciar impactos gerados, incluindo: gestão da cadeia de fornecimento e desempenho ambiental e social do fornecedor e iniciativas de excelência sobre produtos e serviços;
- formas da organização em gerenciar impactos indiretos econômicos, ambientais e sociais resultantes de suas atividades;
- maiores decisões durante o período de relato a respeito da localização ou mudanças nas operações;
- programas e procedimentos relacionados com o desempenho econômico, ambiental e social. Inclui a discussão de: determinação de prioridades e metas; programas para melhoria de desempenho; comunicação e treinamento interno; monitoramento do desempenho; auditoria interna e externa; e análise crítica da alta direção;
- contato(s) para o relatório, incluindo endereços de *e-mail* e *web*;
- período de relato (ex.: ano fiscal/calendário) da informação fornecida;
- data do relatório anterior mais recente (se houver);
- limites do relatório (países/regiões, produtos/serviços, divisões/plantas, *joint ventures*/subsidiárias) e quaisquer limitações específicas no escopo;
- meios pelos quais os leitores do relatório podem obter informação adicional e relatórios sobre aspectos econômicos, ambientais e sociais das atividades da organização.

2.1.3. *Visão Social/Ambiental – Valores*

Nesta etapa, a empresa deverá manifestar sua visão de responsabilidade social, bem como suas estratégias de ação. Os autores Fróes e Melo Neto (2002, p.84), na obra “Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial”, esclarecem que a “responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa em relação à sociedade e à humanidade e de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e uso de recursos que originariamente não lhe pertencem”.

Visão e estratégia

- Descrição da estratégia da organização em relação à responsabilidade social.
- Declaração da visão e estratégia da organização em relação a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

2.1.4. Missão

Neste item a empresa deverá divulgar o seu propósito principal, a razão de sua existência. O foco da missão é indicar para onde a empresa quer ir, qual o caminho a ser seguido, como obedecer a esta determinação e o seu plano de metas, suas pretensões para alcançar no futuro.

2.1.5. Princípios e Valores

A empresa deverá informar quais os *princípios e valores* que balizam as tomadas de decisões, em relação ao modelo de gestão.

Os principais valores e princípios a serem destacados e que deverão ser levados em consideração pela administração da entidade são:

- ética;
- transparência;
- honestidade;
- dignidade;
- respeito;
- decoro;
- zelo; e
- eficácia.

Também neste item a entidade deverá informar, se houver, o seu código de ética, em relação aos seus funcionários, fornecedores, clientes, acionistas e perante a autoridade pública, fornecendo um detalhamento sucinto. A entidade deverá informar se alguma das partes interessadas assinou o compromisso com o “Código de Ética”.

Na mesma linha, a entidade deve relatar se obedece a padrões éticos em suas atividades. Esses padrões se baseiam no respeito à vida e à liber-

dade dos componentes do seu entorno, uma vez que a meta principal, na área social, é a contribuição da empresa pela melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, e não apenas a de seus funcionários.

A empresa também deverá informar como concilia os interesses dos funcionários, dos fornecedores, dos clientes, da própria administração, das autoridades públicas e dos acionistas.

Como a *ética* é a base de sustentação da responsabilidade social, essa questão se expressa mediante princípios e valores adotados pela organização. Portanto, pode-se presumir e até mesmo concluir que não há a possibilidade de se implementar os critérios de responsabilidade social, sem que haja ética nos negócios. Faz-se necessário, portanto, que a organização busque, tenazmente, uma linha de coerência entre o discurso e a prática de suas ações.

Ao utilizar-se destes princípios e práticas, as organizações elaboram relatórios merecedores de crédito. Portanto, seguir estes princípios é desejável às que pretendem elaborar um relatório de sustentabilidade.

2.1.6. Diálogo com as Partes Interessadas

Neste item a empresa deverá se manifestar, indicando quais os critérios e a forma utilizada para a comunicação com as partes interessadas (*stakeholders*). Para isso, é fundamental estabelecer uma lista, os atributos para cada uma e seu relacionamento com a organização. Assim, é possível evidenciar:

- os critérios utilizados na escolha das partes interessadas;
- os instrumentos utilizados no diálogo com estes agentes (questionários, reuniões palestras, seminários); e
- os resultados obtidos.

2.1.7. Estratégias da Gestão Social/Ambiental

Este conjunto de informações tem grande relevância no contexto da responsabilidade social, pois a entidade informa, em linhas gerais, suas estratégias e políticas de gestão no tripé dos itens que formam a sustentabilidade:

- indicação dos sistemas ou políticas para o gerenciamento dos impactos gerados: gestão da cadeia de fornecimento e desempenho ambi-

ental e social do fornecedor; iniciativas de excelência sobre os produtos e serviços;

- indicação da forma de organização para o gerenciamento dos impactos indiretos resultantes de suas atividades econômicas, social e ambiental;
- informação sobre as determinações no estabelecimento de metas e prioridades;
- informação sobre os programas de melhoria do desempenho e seu monitoramento; e
- informação sobre a auditoria interna ou externa nos processos de gestão social e ambiental.



3. Indicadores de Sustentabilidade

Neste tópico deverão ser descritos os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) da entidade, mediante o qual se possa avaliar a sustentabilidade empresarial. A proposição está alicerçada nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão 3.0, editada em 2006, que estabelece orientações gerais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade em nível internacional.

Conforme estabelecido pela GRI (2006), os indicadores econômicos da sustentabilidade se referem aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Os indicadores ambientais se referem aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água, abrangendo principalmente o desempenho relacionado a insumos (como material, energia, água) e à produção (emissões, efluentes, resíduos). Os indicadores de desempenho social da GRI identificam aspectos de desempenho fundamentais referentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Na sequência apresenta-se o Quadro 5, que resume as diretrizes e seus aspectos, preconizados pela GRI (2006). O documento, na íntegra, está disponível para consulta, podendo ser acessado pelo *site* [http:// www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/Portuguese.htm](http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/Portuguese.htm).

Quadro 5 – Indicadores de sustentabilidade das diretrizes da GRI (2006).

CONJUNTO	ASPECTO
Econômico (EC)	Desempenho Econômico
	Impactos Econômicos Indiretos
Meio Ambiente (EN)	Materiais
	Energia
	Água
	Biodiversidade
	Emissões, Efluentes e Resíduos
	Produtos e Serviços
	Conformidade
	Transporte
	Geral
Direitos Humanos (HR)	Práticas de Investimento e de Processos de Compra
	Não Discriminação
	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva
	Trabalho Infantil
	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo
	Práticas de Segurança
	Direitos Indígenas
Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente (LA)	Emprego
	Relações Entre os Trabalhadores e a Governança
	Segurança e Saúde no Trabalho
	Treinamento e Educação
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades
Responsabilidade Pelo Produto (PR)	Saúde e Segurança do Cliente
	Rotulagem de Produtos e Serviços
	Comunicação e Marketing
	Privacidade do Cliente
	Conformidade
Sociedade (SO)	Comunidade
	Corrupção
	Políticas Públicas
	Concorrência Desleal
	Conformidade

Fonte: GRI (2006)

Os indicadores apresentados pela GRI se constituem em diretrizes internacionais, como uma sugestão de indicadores a serem utilizados pelas empresas. Ressalta-se que a utilização dos indicadores apresentados pela GRI é apenas uma sugestão, pois existem outros institutos que apresentam igualmente indicadores para monitorar a responsabilidade social empresarial. Outras contribuições podem ser obtidas pelo sítio do Instituto Ethos, http://www.uniethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores

/autodiagnostico_setorial/, que apresenta indicadores diferenciados para segmentos específicos da economia.

3.1. Informações do desempenho econômico

Neste tópico a entidade deve apresentar os indicadores que resumem a situação econômica da entidade no período, como também aqueles dados relativos aos resultados globais e sua distribuição.

3.1.1. Informações sobre resultados da entidade

O Quadro 06 sugere a divulgação das denominadas “tradicionais informações econômico-financeiras”, as quais são de interesse de agentes que buscam analisar o desempenho da entidade nesta área. Certamente não existe um padrão rígido a ser seguido, mas a proposição busca revelar os indicadores/dados mais utilizados em nível de mercado, podendo a entidade ampliar e selecionar aqueles que julgar mais interessantes para o seu público.

Quadro 6 – Informações econômicas.

	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>
Receita Líquida de Vendas e Serviços		
Resultados do Exercício		
- Atividade Operacional		
- Equivalência Patrimonial		
- Não operacional		
Base de cálculo dos dividendos conforme os estatutos		
1. Lucro Líquido do exercício R\$		
2. Reserva Legal - constituição no exercício R\$		
3. Base de cálculo para distribuição de dividendos (1-2) R\$		
- % mínimo Estatutário/Contratual para dividendos		
- Dividendo e Juros sobre Capital Próprio distribuído R\$		
- % sobre a Base de Cálculo		
- Outras Reservas Estatutárias R\$		

3.1.2. Informações sobre Ações, Acionistas e Dividendos

Na mesma linha do tópico anterior, o Quadro 7 apresenta informações sobre a composição acionária da entidade e a remuneração sobre o capital próprio. Informações que são de interesse do quadro de investidores e gestores da entidade, podendo ser ampliado em função do

interesse da entidade. Para entidades que possuem outras formas de composição do quadro social, esta deve ser informada, assim como as formas de remuneração.

Quadro 7 – Informações sobre ações, acionistas e dividendos.

	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>
Composição do Capital Social da Empresa		
- Ações com direito a voto		
- Ações sem direito a voto		
- Total de ações		
- Número de acionistas com ações ordinárias		
- Número de acionistas com ações preferenciais		
Cotação das Ações e Dividendos pagos		
- Cotação da ação ordinária no dia 31-12-200x , (R\$)		
- Cotação da ação preferencial no dia 31-12-200x, (R\$)		
- Lucro distribuído por ação (R\$)		

3.2. Informações do Desempenho Social

Neste tópico do balanço social, a entidade deve apresentar suas ações e propostas para o campo social, entendendo a composição deste conjunto pela formação de agentes internos (quadro funcional) e externos (clientes, fornecedores, comunidades, etc.).

3.2.1. Informações do quadro de funcionários

Entre as principais variáveis que fazem a diferença nas entidades é possível mencionar: o conhecimento coletivo, a criatividade, os valores, as atitudes e a motivação das pessoas.

Considerando que o corpo funcional é um dos maiores “patrimônios” da entidade, e parte fundamental do seu *capital intelectual*, cabe a esta zelar pela sua manutenção e qualificação, mediante ações concretas, como uma remuneração digna, programas de benefícios de saúde, de lazer, de desenvolvimento profissional, de premiação por desempenho, entre outros.

O conjunto destas e de outras atitudes possibilitarão o pleno desenvolvimento profissional, gerando baixa rotação no quadro funcional e grande contribuição na formação de resultados, pois os funcionários estarão motivados para o atendimento de suas metas ou atividades.

Neste item, a entidade deverá manifestar seu posicionamento sobre um dos principais capítulos da responsabilidade social – a gestão de pessoas –, enfatizando:

- direitos humanos;
- modelo de gestão social;
- garantias de igualdade e de oportunidade para empregados;
- pesquisa sobre o nível de satisfação dos empregados;
- metodologia de seleção de colaboradores;
- investimentos em segurança, saúde e lazer;
- política de remuneração, participação nos resultados e outras benefícios;
- capital humano: estímulo à qualificação e ao desenvolvimento profissional;
- estímulos oferecidos nos aspectos motivacional e de criatividade;
- ambiente e condições de trabalho;
- plano de saúde e previdência privada;
- estímulo à participação em programas de voluntariado;
- trabalho terceirizado;
- trabalho do menor;
- política da entidade frente a demissões e aposentadorias; e
- relação com os sindicatos.

Para exemplificar sugere-se a apresentação de quadros ilustrativos, como os Quadros 8, 9, 10 e 11, os quais não esgotam o número de informações, sendo necessário adaptá-los à realidade da entidade.

Quadro 8 – Investimento com colaboradores.

	Adminis- tradores	Empre- gados	Tercei- rizados	Total R\$
a) Remuneração Bruta:				
b) Gastos com encargos sociais				
c) Benefícios sociais				
Alimentação				
Transporte				
Previdência privada				
Programas de saúde				
Segurança e medicina do trabalho				
Treinamento				
Creches ou auxílio-creche				
Participações nos lucros ou resultados				
Outros				
d) Desenvolvimento pessoal/profissional				
Capacitação e desenvolvimento pessoal/profissional				
Educação (excluído os de educação ambiental)				
Cultura				
Outros				
Totais				

O Quadro 9 apresenta informações relativas à composição dos recursos humanos, que podem ser evidenciados:

Quadro 9 – Informações de ordem geral do quadro funcional.

COMPOSIÇÃO	Ano 1	Ano 2
a) total de empregados <i>no final do exercício</i>		
b) total de admissões		
c) total de estagiários <i>no final do exercício</i>		
d) total de empregados portadores de necessidades especiais <i>no final do exercício</i>		
e) total de prestadores de serviços terceirizados <i>no final do exercício</i>		
f) total de empregados por sexo no final do exercício: - feminino - masculino		
g) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: - menores de 18 anos - de 18 a 35 anos - de 36 a 60 anos - acima de 60 anos		
h) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos com ensino fundamental com ensino médio com ensino técnico com ensino superior pós-graduação		

COMPOSIÇÃO	Ano 1	Ano 2
i) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- feminino		
- masculino		

Informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade devem ser evidenciadas, conforme sugere o Quadro 10:

Quadro 10: Dados sobre ações trabalhistas.

AÇÕES TRABALHISTAS	Ano 1	Ano 2
a) Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade		
b) Número de processos trabalhistas julgados procedentes		
c) Número de processos trabalhistas julgados improcedentes		
d) Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		

O Quadro 11 tem a finalidade de informar possíveis contingências trabalhistas, passíveis de evidenciação.

Quadro 11: Informações sobre contingências trabalhistas.

CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	Ano 1	Ano 2
a) Número de contingências trabalhistas prováveis		
b) Número de contingências trabalhistas remotas		
c) Valor das contingências trabalhistas prováveis		
d) Valor das contingências trabalhistas remotas		

Além das informações já descritas, é importante relatar dados constantes no Quadro 12, efetuando a descrição dos programas e apresentando as informações em percentuais e até mesmo em gráficos.

Quadro 12: Outros Indicadores.

Tempo médio de atuação na entidade Taxa anual de rotatividade e de absenteísmo Taxa anual de Participação nos resultados por função (direção, gerência e funcionários) Programas de Previdência Privada por função Programas de segurança no trabalho Acidentes de trabalho Afastamentos
--

Cabe ressaltar que nenhum dos quadros apresentados deve ser entendido como rígido. Todos são sugestões, não limitando o número e a qualificação das informações que a entidade julgar importante divulgar, podendo ser modificadas de acordo com o contexto organizacional, procurando manter as informações básicas sugeridas, para fins de possibilitar a comparabilidade entre as entidades.

3.2.2. Informações relativas a fornecedores

Entendendo os fornecedores como importantes parceiros da entidade é importante destacar informações sobre os temas constantes no Quadro 13.

Quadro 13: Informações sobre fornecedores.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Estrutura organizacional de compras• Sistema de homologação de fornecedores• Critérios adotados na seleção de fornecedores• Existência ou não de Código de conduta com fornecedores• Pagamento de preço justo aos fornecedores, sem sacrificá-los• Ética nos negócios e nas atividades• Projetos conjuntos com fornecedores• Canais de comunicação• Respeito aos contratos• Pesquisa sobre o nível de satisfação dos fornecedores• Trabalho infantil na cadeia produtiva |
|--|

3.2.3. Informações relativas a clientes/consumidores

A exemplo do corpo funcional, é de vital importância para as empresas conhecerem seus clientes e monitorar seu comportamento.

As entidades devem cativar o cliente, para que mantenham a fidelidade, e, para isso, precisam compreender e suprir suas necessidades. Nesse sentido, é importante relatar neste informe conteúdos versando sobre:

- produtos e serviços com critérios de responsabilidade social;
- preocupação com a qualidade dos produtos oferecidos;
- prática de preços honestos;
- política contínua voltada à satisfação do cliente;
- rapidez e respeito no atendimento;
- canais de comunicação da empresa com seus clientes, para esclarecimentos e solução de questões vinculadas aos produtos;
- segurança de dados dos clientes; e
- treinamento interno visando à qualificação do atendimento.

Por outro lado, a ocorrência de conflitos na entidade não significa que ela não exercita a responsabilidade social. Os conflitos são de várias espécies e são comuns. Todavia, a entidade que levanta a bandeira da responsabilidade social, deve direcionar esforços para minimizar esses conflitos, buscando solucioná-los no menor decurso de tempo possível. Como a entidade socialmente responsável segue propósitos de transparência e ética, deve informar questões relativas ao:

- número de reclamações recebidas;
- número de reclamações atendidas;
- montante de multas ou indenizações pagas por questões legais;
- valor da contingência passiva provável; e
- número de clientes cadastrados.

3.2.4. Informações relativas à comunidade externa

É bom lembrar que os investimentos sociais irão ocasionar uma imagem mais positiva da entidade, contribuindo, de certa forma, para a fidelidade dos clientes à sua marca ou aos seus produtos.

Podemos considerar estes investimentos como um **DIVIDENDO SOCIAL**, pois a comunidade, como um todo, também contribui para a geração de resultados positivos da entidade.

Para relatar como a entidade exercita esse relacionamento, é necessário informar:

- qual o comprometimento desenvolvido pela entidade em relação à comunidade;
- as relações com a comunidade do entorno, mediante o envolvimento explícito na solução de problemas;
- se há parcerias com entidades beneficentes;
- os projetos de inclusão social acompanhados pela empresa;
- a existência de programas de assistência aos deficientes físicos;
- se há um orçamento anual para os investimentos culturais, esportivos e de lazer; e
- informar se o corpo funcional participa ou é estimulado a participar destas iniciativas.

Como prova do comprometimento social da empresa, com a comunidade externa, deverão ser informados os valores aplicados no período indicado e os dados qualitativos gerados pelos programas. A exemplificação está mostrada no Quadro 14.

Quadro 14: Investimentos sociais.

	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>
Investimentos em Projetos Sociais		
• Manutenção de entidades		
• Preservação/Manutenção de praças e logradouros		
• Alimentação, saúde e higiene		
• Esporte e lazer		
• Educação, capacitação e desenvolvimento		
• Funcriança		
• Outros (descrever)		
Investimentos em Projetos Culturais		
• Artes cênicas e música		
• Audiovisual e exposição de artes		
• Patrimônio histórico/acervos		
• Bibliotecas		
• Outros (descrever)		

3.2.5. Informações relativas a Governos

Por ser uma exigência estabelecida em lei, a entidade deverá manifestar o seu posicionamento, de como entende e como pratica as obrigações tributárias e as contribuições sociais devidas aos entes públicos – União, Estado e Município. Manifestando seus compromissos quanto à:

- obediência às leis federais, estaduais e municipais;
- política da entidade quanto ao pagamento de impostos, taxas e contribuições;
- existência de acordo/contrato com a autoridade pública para o pagamento parcelado de impostos e contribuições;
- colaboração da entidade visando ao combate de atividades irregulares;
- participação em projetos sociais governamentais.

Em termos monetários é possível apresentar um resumo demonstrando os valores devidos, como também os valores aproveitados a título de incentivos fiscais, conforme exposto no Quadro 15.

Quadro 15. Informações fiscais.

<u>Impostos e Contribuições devidos</u>	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>
- Federais		
- Estaduais		
- Municipais		
<u>Contingências Fiscais</u>		
- Federais		
- Estaduais		
- Municipais		
<u>Incentivos Fiscais aplicados</u>		
- Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (Federal/Estadual/Municipal)		
- Lei <i>Rouanet</i>		
- Audiovisual		
- Lei de Incentivo à Cultura-Estadual		
- Lei de Incentivo ao Social-Estadual		

3.3. Informações do desempenho ambiental

Cresce consideravelmente a quantidade e a qualidade da informação de ordem ambiental, sendo considerada de extrema relevância em função de mostrar as preocupações e as ações da entidade em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, devem ser apresentados elementos que evidenciem as preocupações que a entidade possui em relação à minimização dos impactos da atividade operacional sobre o meio ambiente, como:

- políticas de gestão ambiental adotada;
- comprometimento com a sustentabilidade;
- principais ações praticadas em defesa/proteção do meio ambiente;
- gestão de riscos ambientais;
- ações de reciclagem de produtos;
- racionalização do uso dos recursos naturais;
- substituição de produtos contaminadores e/ou prejudiciais à saúde;
- programas de educação ambiental na empresa;
- divulgação pública das iniciativas da empresa nesta área;
- a existência de orçamento anual para investimento;
- ações desenvolvidas referentes à Produção Mais Limpa (P+L); e
- a estrutura oferecida pela empresa para minimização dos impactos ao meio ambiente.

Segundo a NBC T 15, as informações de natureza social e ambiental referidas no item 15.2.4, sempre que forem publicadas, devem seguir os seguintes grupos:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e
- h) passivos e contingências ambientais.

Além das informações previstas na norma sugere-se publicar:

- consumos de energias;
- emissão de efluentes líquidos;
- emissões gasosas e particuladas;
- resíduos sólidos; e
- aquelas específicas da atividade organizacional.

Operacionalmente, é possível efetuar a separação das informações ambientais em três grupos distintos: o primeiro para investimentos (valores monetários), o segundo para indicadores quantitativos e o terceiro para informações qualitativas, conforme Quadros 16, 17 e 18.

Quadro 16. Investimentos monetários em programas ambientais.

Investimentos	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>
<ul style="list-style-type: none">• Controle de efluentes/resíduos• Monitoramento ambiental• Preservação ambiente degradado• Educação ambiental a funcionários• Reciclagem• Plano de contingências• Investimentos em pesquisas• Outros		
Contingências		
<ul style="list-style-type: none">• Valor das multas e indenizações• Valor das contingências passivas		

Sempre que necessário, a explicação dos investimentos e contingências pode ser realizada em forma descritiva, acompanhando a informação quantitativa.

Quadro 17. Indicadores ambientais quantitativos.

Indicadores	Ano 1	Ano 2
Consumo anual de energia (em kWh)		
Consumo anual de água (em m ³)		

Indicadores	Ano 1	Ano 2
Consumo anual de combustíveis fósseis: <ul style="list-style-type: none"> • gasolina/diesel (em litros) • óleo combustível (em toneladas) • gás (GLP/GNV) (em m³) 		
Quantidade de resíduos sólidos gerados (em toneladas)		
Quantidade de resíduos sólidos reciclados ou reutilizados (em toneladas)		
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		
Quantidade de processos ambientais finalizados		

Como a área ambiental é bastante abrangente, e seu impacto ocorre em todos os sistemas organizacionais – também nas proximidades da entidade –, é fundamental identificar esses impactos e evidenciar sua forma de controle e planejamento. Sob este enfoque a quantidade de informações irá variar de entidade para entidade.

Quadro 18. Indicadores ambientais qualitativos.

- Prêmios e certificações conquistadas em reconhecimento pelo desempenho da gestão ambiental da empresa.
- Ações relacionadas aos 4 Rs (Reduzir, Recusar, Reutilizar, Reciclar).
- Participação em comitês/conselhos locais ou regionais para a discussão da questão ambiental com o governo e a comunidade.
- Iniciativas e projetos para utilização de fontes de energia renovável.
- Ações compensatórias como conservação de áreas protegidas e reflorestamento.
- Ações de minimização dos impactos ambientais provocados pela atividade da empresa.
- Relacionamento com a comunidade.



4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pode ser considerada um componente importantíssimo do balanço social. Deve ser entendida como um instrumento da Contabilidade para auxiliar na evidenciação da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade. Em outros termos, tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela empresa, e como essa riqueza foi distribuída

entre os diversos públicos que contribuíram direta e indiretamente para a sua geração.

Constitui-se numa importante fonte de informações na medida que apresenta esse conjunto de elementos que permite a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como os efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social desde 1992, por meio do Parecer de Orientação CVM nº 24-92. No Ofício Circular CVM/SNC/SEP/ nº 01-00, a CVM sugeriu a utilização de modelo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras da USP (FIPECAFI). Além disso, fez incluir no anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404-76, hoje já consolidado na Lei nº 11.638-07, a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado e de informações de natureza social e de produtividade.

No ano de 2002, na segunda reestruturação do modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase, a DVA passou a integrar os indicadores do referido relatório, constituindo-se em uma peça fundamental para informações de natureza econômica e social. Mais tarde, em 2005, a DVA foi normatizada pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.010-05, que editou a NBC T 3.7, que apresenta a DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.

Segundo a NBC T 3.7, a Demonstração do Valor Adicionado

é a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição. As informações devem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência. Caso a entidade elabore Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais (CRCRS, 2007, p.108).

Em termos gerais, a DVA contempla as mesmas informações apresentadas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), mas numa segregação diferente, voltada para uma magnitude mais social das entidades, principalmente no que se refere à distribuição da riqueza gerada. A

demonstração apresenta separadamente a parcela que se destina à remuneração de cada público que contribuiu para sua formação:

- empregados/colaboradores: remuneração pela força de trabalho;
- financiadores: remuneração pelos recursos emprestados;
- governo: remuneração pela estrutura social, política e econômica que gera condições de operações no meio ambiente; e
- acionistas: remuneração pelo capital investido na empresa.

À medida que uma entidade desenvolve suas atividades empresariais, produz fluxos de natureza econômica, apropriados mediante a confrontação das receitas com as despesas para determinar sua magnitude econômica, ou seja, o excedente produzido durante o período. Tradicionalmente, o resultado contábil (lucro líquido) tem sido considerado um dos melhores indicadores para avaliar a gestão. No entanto, esse resultado não significa, fielmente, aumento de riqueza, porque evidencia a riqueza patrimonial sob a perspectiva dos proprietários ou acionistas.

A DVA preenche tal lacuna, pois contempla as mesmas informações contidas na Demonstração do Resultado (DRE). Na verdade, complementa essa tradicional demonstração, ao representá-la sob a forma de geração e distribuição de riqueza.

De forma sintética, a DVA apresenta a riqueza individualizada gerada pela entidade e sua forma de distribuição, sendo representada pela seguinte equação:

$$VA = R_p - R_a$$

sendo:

VA – Valor Adicionado da entidade;

R_p – Recursos produzidos pela entidade;

R_a – Recursos adquiridos de terceiros.

A base para a preparação da DVA é a DRE. Por isso, assim como no caso das demais demonstrações contábeis, sua elaboração segue os Princípios Fundamentais de Contabilidade e, devido à utilização do método das partidas dobradas, sua estruturação contempla uma parte referente à origem e outra relativa à aplicação da riqueza gerada.

Cabe registrar que é possível elaborar a DVA, tomando por base a estrutura da DRE, desde que se realize as necessárias reclassificações de cada partida segundo sua origem – produção interna ou externa.

Considerando que o valor adicionado é representativo da riqueza que a entidade criou a partir dos consumos que realizou em certo período de tempo, tal como em qualquer sistema econômico, esse excedente deve ser distribuído entre os distintos participantes que contribuíram para que a entidade o gerasse.

O modelo de distribuição da riqueza, geralmente, segue o método de cálculo aditivo e seu ordenamento está baseado em um critério lógico de exigibilidade. Dentre os grupos de agentes selecionados para a distribuição da riqueza gerada destacam-se os já tradicionais: recursos humanos, governos, financiadores e acionistas/proprietários e reinvestimentos, sendo possível apresentar um nível maior de detalhamento em cada grupo.

Quanto à remuneração do trabalho, é para Gallizo (1990a) e De Luca (1998) um dos mais importantes componentes entre os diversos grupos que participam do valor adicionado, pois, ao evidenciar a retribuição aos empregados permite refletir sobre o papel da empresa na geração de postos de trabalho formal.

A participação dos trabalhadores no valor adicionado compreende todos os gastos com pessoal, em contrapartida ao trabalho realizado no período. Assim, deve conter os pagamentos feitos diretamente aos empregados, como, por exemplo, os salários, as contribuições de seguridade ou sociais, e quaisquer outras vantagens oferecidas por conta da participação na atividade produtiva da companhia. Fernández (1990) assinala que é toda a parte correspondente aos que fornecem trabalho, contemplando também as retenções que tenham praticado e qualquer outra carga social, tanto obrigatória – por exemplo, a seguridade social a cargo da empresa –, como voluntária, como aquelas geradas por planos previdenciários e de pensões acordados, auxílio-alimentação, atividades culturais e recreativas.

Apesar de o governo não ser considerado um dos fatores diretos de produção, ele também participa na criação de riqueza para a entidade, pois apoia suas atividades produtivas por meio de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e subvenções. Os impostos pagos ou

devidos pela companhia representam, na riqueza gerada, a remuneração devida ao Estado por seu apoio para que a empresa tenha condições de realizar suas atividades em seu ambiente e para a manutenção da estrutura social organizada.

Contudo, somente os impostos associados ao lucro obtido e outros tributos que tenham relação direta com a atividade principal da empresa deveriam ser computados neste agrupamento, e, para uma melhor evidenciação, o ideal seria especificar os impostos conforme suas competências segundo a unidade federativa que os originou, por exemplo, da União, do Estado ou do Município, ou, ainda, de um País estrangeiro — quando o pagamento do imposto é feito fora das fronteiras, pela qual a empresa realiza suas atividades.

A remuneração dos credores e financiadores representa os pagamentos a terceiros, sob a forma de custo financeiro, por conta das captações de capital externo destinado à manutenção e aos investimentos. De acordo com Gallizo (1990a) devem ser excluídos deste agrupamento os gastos financeiros relativos a comissões ou outras despesas bancárias similares, por representarem despesas consideradas intermediárias.

A parcela do lucro destinada àqueles que aplicaram os recursos próprios, reembolsados sob a forma de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por conta das capitalizações realizadas na entidade é apresentada na remuneração dos sócios e acionistas. Este item pode ser um ponto de conflito, face às possibilidades de manipulações no processo de adequação do binômio “rentabilidade/risco”, pois a decisão de se repartir entre os investidores a riqueza criada ou retê-la para futuros investimentos estará influenciando na taxa de atratividade do negócio.

Algumas empresas costumam apresentar, neste agrupamento, também os lucros retidos, por entenderem que a totalidade dos lucros da companhia pertence a seus acionistas. Além disso, existe um outro problema quando se deixa de evidenciar os lucros não distribuídos dentro deste grupo, que, segundo Martins (1993), está associado à percepção negativa que esse fato pode trazer para os usuários, uma vez que permite passar a imagem que intencionalmente está sendo escondido o total do valor adicionado pertencente aos proprietários.

Todavia, apesar de a parcela retida para reinvestir na empresa ficar mais bem evidenciada quando incorporada como parte da remuneração

do capital próprio, esta deveria ser divulgada em grupo distinto, separada dos dividendos pagos e dos juros sobre o capital próprio, para facilitar a compreensão daqueles usuários externos à companhia.

Os reinvestimentos correspondem ao lucro retido pela empresa para sustentar seu autofinanciamento. Uma parte desta riqueza foi direcionada para a constituição das reservas, segundo a legislação societária e a deliberação da assembleia, e a outra parcela está embutida na depreciação calculada com base na estimativa de vida útil econômica dos ativos que a companhia está utilizando em suas atividades operacionais. Na verdade, essa distribuição do valor adicionado tem por fim manter a capacidade física da empresa para realizar seu papel na geração de novas riquezas.

Segue modelo de DVA, proposto pela NBC T 3.7.

Quadro Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO, EM MILHARES DE REAIS				
	20x1	%	20x0	%
1. RECEITAS				
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	Xxx		Xxx	
1.2. Provisão para devedores duvidosos	Xxx		Xxx	
1.3. Resultados não operacionais	Xxx		Xxx	
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1. Materiais Consumidos	(xxx)		(xxx)	
2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos	(xxx)		(xxx)	
2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(xxx)		(xxx)	
2.4. Perda na realização de ativos	(xxx)		(xxx)	
3. RETENÇÕES				
3.1. Depreciação, amortização e exaustão	(xxx)		(xxx)	
4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	Xxx		Xxx	
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
5.1. Resultado de equivalência patrimonial e dividendos de investimento avaliado ao custo	Xxx		Xxx	
5.2. Receitas financeiras	Xxx		Xxx	
5.3. Aluguéis e <i>royalties</i>	Xxx		Xxx	
6. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	Xxx	100%	Xxx	100%
7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7.1. Empregados	Xxx	y%	Xxx	Y%
Salários e encargos	Xxx	y%	Xxx	Y%
Comissões sobre vendas	Xxx	y%	Xxx	Y%
Remuneração aos administradores	Xxx	y%	Xxx	Y%
Participação dos empregados nos lucros	Xxx	y%	Xxx	Y%
Planos de aposentadoria e pensão	Xxx	y%	Xxx	Y%
7.2. Tributos	Xxx	y%	Xxx	Y%
Federais	Xxx	y%	Xxx	Y%
Estaduais	Xxx	y%	Xxx	Y%
Municipais	Xxx	y%	Xxx	Y%
Menos: incentivos fiscais	(xxx)	y%	(xxx)	Y%
7.3. Financiadores	Xxx	y%	Xxx	Y%
Juros	Xxx	y%	Xxx	Y%
Aluguéis	Xxx	y%	Xxx	Y%
7.4. Juros sobre capital próprio e dividendos	Xxx	y%	Xxx	Y%
7.5. Lucros retidos/prejuízos do exercício	Xxx	y%	Xxx	Y%

Fonte: CRCRS (2005, p. 7).

Instruções para o preenchimento da DVA

Conforme estabelece a NBC T 3.7, no grupo de receita bruta e outras receitas, devem ser apresentados os seguintes valores:

a) as vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor correspondente à receita bruta, deduzidas as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos;

b) as outras receitas decorrentes das atividades-fim não constantes da letra “a” deste item, acima, ou não constantes do item 3.7.2.8, a seguir;

c) os valores relativos à constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos;

d) os resultados não decorrentes das atividades-fim, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizado, investimentos, etc., exceto os decorrentes do item 3.7.2.8, a seguir.

No grupo de insumos adquiridos de terceiros, devem ser apresentados:

a) materiais consumidos incluídos no custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos;

b) demais custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, exceto gastos com pessoal próprio e depreciações, amortizações e exaustões;

c) despesas operacionais incorridas com terceiros, tais como: materiais de consumo, telefone, água, serviços de terceiros, energia;

d) valores relativos a perdas de ativos, como perdas na realização de estoques ou investimentos, etc.

Nos valores constantes dos itens “a”, “b” e “c” anteriores, devem ser considerados todos os tributos incluídos na aquisição, recuperáveis ou não.

Os valores retidos pela entidade são representados pela depreciação, amortização e exaustão registrados no período.

Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades correspondem:

a) ao resultado positivo ou negativo de equivalência patrimonial;

b) aos valores registrados como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo;

c) aos valores registrados como receitas financeiras, relativos a quaisquer operações com instituições financeiras, entidades do grupo ou terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.4; e

d) aos valores registrados como receitas de aluguéis ou *royalties*, quando se tratar de entidade que não tenha como objeto essa atividade.

No componente relativo à distribuição do valor adicionado, devem constar:

a) colaboradores – devem ser incluídos salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou ao serviço vendido ou ao resultado do período, exceto os encargos com o INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC, e outros assemelhados. Fazem parte desse conjunto, também, os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos privados de aposentadoria e pensão, seguro de vida e acidentes pessoais;

b) governo – devem ser incluídos impostos, taxas e contribuições, inclusive as contribuições devidas ao INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados, imposto de renda, contribuição social, ISS, CPMF, todos os demais tributos, taxas e contribuições. Os valores relativos ao ICMS, ao IPI, ao PIS, à COFINS e outros assemelhados, devem ser considerados aqueles devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item "Insumos adquiridos de terceiros". Como os tributos são, normalmente, contabilizados no resultado como se devidos fossem, e os incentivos fiscais, quando reconhecidos em conta de reserva no patrimônio líquido, os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como item redutor do grupo de tributos;

c) agentes financiadores – devem ser consideradas, neste componente, as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo os custos e despesas com *leasing*) pagos ou

creditados a terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.5;

d) acionistas – incluem os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ou dividendos. Os juros sobre o capital próprio, apropriados ou transferidos para contas de reservas no patrimônio líquido, devem constar do item "Lucros retidos";

e) participação dos minoritários nos "Lucros retidos" – deve ser incluído neste componente, aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas, o valor da participação minoritária apurada no resultado do exercício, antes do resultado consolidado;

f) retenção de lucro – deve ser indicado neste componente o lucro do período destinado às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.



5. Notas Explicativas

O Conselho Federal de Contabilidade apresentou normas específicas para o tratamento das notas explicativas, como é o caso da NBC T 6.2 – Do conteúdo das notas explicativas. Entretanto, a empresa pode, além de obedecer aos critérios expressos pelo CFC, apresentar outras informações que julgar relevantes para o entendimento das informações contidas na Demonstração da Responsabilidade Social.

Nesse sentido, para refletir da maneira mais adequada possível as informações apresentadas na Demonstração da Responsabilidade Social, os dados apresentados devem obedecer a critérios definidos pela empresa. Tais critérios devem estar alinhados com a filosofia da empresa, refletindo os dados que a entidade julgue relevantes para a divulgação.

Em tais notas explicativas, podem ser apresentados elementos adicionais que ajudem a explicitar os elementos contidos na Demonstração da Responsabilidade Social, envolvendo a visão social e ambiental da empresa, os critérios de definição e utilização dos indicadores de sustentabilidade apresentados e os elementos integrantes na Demonstração do Valor Adicionado.

No mesmo sentido, podem ser utilizadas notas explicativas para discriminar aspectos pontuais, que necessitem de mais informações, como, por exemplo:

- critérios/definições utilizados em qualquer Contabilidade para custos e benefícios econômicos, ambientais, e sociais;
- mudanças significativas em relação a anos anteriores nos métodos de mensuração aplicados a informações econômicas, ambientais e sociais;
- políticas e práticas internas para melhorar e prover garantia sobre a relevância, completude e veracidade do relatório do balanço social.

Ademais, a NPA nº 11 do IBRACON – Balanço e Ecologia evidencia que a revelação da posição ambiental da empresa deverá ser um objetivo importante da sua Contabilidade e da sua administração, mostrando tais questões em títulos específicos nas demonstrações contábeis, ou em nota explicativa que apresenta a sua real posição ambiental, informando a política ambiental adotada, valor dos investimentos em ativos fixos e diferidos ambientais e critérios de amortizações e depreciações, despesas ambientais debitadas ao resultado do exercício, passivo contingente e cobertura, se houver, de seguros, por exemplo.

Parte III

6. Parecer da Auditoria

A NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade esclarece no item 15.3 das disposições finais que:

a) as informações contábeis contidas nestas demonstrações são de responsabilidade do contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não contábeis pode ser compartilhada com especialistas; e

b) estas demonstrações, quando elaboradas, devem ser objeto de revisão por auditor independente, a ser publicada como relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

Ainda no ano de 1996, o IBRACON aprovou a NPA nº 11 – Balanço e Ecologia, em que são apontados elementos inerentes à Contabilidade e ao meio ambiente, apontando, ainda, os principais elementos que devem ser considerados na realização de uma auditoria ambiental. A norma apresenta os componentes integrantes dos ativos ambientais, incluindo o imobilizado, os gastos com pesquisa e desenvolvimento e os estoques, os quais, conforme Ben (2006, p. 69), incluem ações e materiais destinados à minimização dos impactos gerados pela atividade operacional no meio ambiente. São destacados ainda pela norma que outros itens, no contexto dos chamados ativos ambientais, poderão ser aclarados, se estabelecido um procedimento que poderia ser denominado de auditoria ambiental, por intermédio da qual se alcançaria um mapeamento e melhor conhecimento dos riscos ambientais, quantificação e registro dos ativos tangíveis e intangíveis, em toda a sua amplitude, que possam se relacionar, interagir e sofrer os efeitos da poluição.

A mesma norma enfatiza ainda que ao auditor independente caberá examinar as revelações contidas nas demonstrações contábeis e certificar que todos os passivos ambientais estão, realmente, refletidos nas aludidas peças contábeis e na sua nota explicativa sobre a situação ambiental da empresa (Ecobalanço). Ainda, nas aquisições, fusões e incorporações de empresas, o auditor independente deve requerer a execução de uma audi-

toria ambiental, com vista a determinar as repercussões sobre os valores dos patrimônios envolvidos.

Outro fator relevante relacionado à auditoria ambiental é encontrado nas normas da série ISO 14000, as quais abrangem aspectos inerentes a auditorias ambientais, respectivamente:

- ISO 14010 – princípios gerais de auditoria ambiental;
- ISO 14011 – procedimentos de auditoria ambiental;
- ISO 14012 – critérios de qualificação de auditores ambientais.

Por ser uma demonstração direcionada para os mais diversos usuários da Contabilidade, principalmente, para a sociedade, a Demonstração da Responsabilidade Social igualmente necessita de uma metodologia especial de auditoria, transformando-se em um instrumento de apoio para a tomada de decisão, consubstanciado na fé pública do auditor. Assim, devem ser avaliadas as áreas de responsabilidade social e ecológica da entidade, tendo como objetivo verificar a conformidade da gestão e identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades que se apresentam, com o intuito de construir um relatório de opinião, capaz de proporcionar subsídios para a tomada de decisões e para o estabelecimento de um plano estratégico de desenvolvimento da responsabilidade social e ecológica da entidade.

Além disso, a norma SA 8000 apresenta-se como um sistema de auditoria similar à ISO 9000, que atualmente é apresentada por mais de 300.000 empresas em todo o mundo. Seus requisitos são baseados nas normas internacionais de direitos humanos e nas convenções da OIT. Desenvolvida por um conselho internacional que reúne empresários, ONGs e organizações sindicais, a SA 8000 quer encorajar a participação de todos os setores da sociedade na busca de boas e dignas condições de trabalho.

Dessa maneira, sugere-se que a empresa defina um padrão de auditoria com a finalidade de confirmar, da maneira mais acurada possível, a situação evidenciada em sua Demonstração da Responsabilidade Social.

7. Indicadores da *performance* da responsabilidade social

Este item tem por objetivo apresentar um conjunto de instrumentos gerenciais elaborados pela Comissão de Estudos de Responsabilidade Social do CRCRS, como sugestão para o monitoramento e avaliação do nível de identificação da entidade com a responsabilidade social implementada em sua gestão e os seus reflexos na própria entidade, da adoção dessas práticas, devendo ser utilizados internamente, integrando seu controle e/ou relatório interno. O resultado evidenciado poderá ser utilizado como diagnóstico do grau de satisfação ou não das partes que a envolvem, cabendo medidas corretivas em momento oportuno e qualificação de seu modelo de gestão, bem como a sustentabilidade de seu negócio.

Consideramos que os instrumentos gerenciais sugeridos correspondem a um ponto de partida para instigar àqueles que atuam ou venham a atuar na aplicação e evidenciação das práticas de responsabilidade social nas entidades. Porém, afirmamos que a elaboração da Demonstração da Responsabilidade Social será o melhor indicativo que a entidade está no caminho de incorporação de práticas de sustentabilidade, que prezam pela busca do triplice resultado econômico, social e ambiental.

Nosso mecanismo de gerenciamento será composto de seis itens que são os indicadores de satisfação dos funcionários, dos clientes, dos fornecedores, de satisfação dos acionistas e analistas de investimentos, do desempenho da entidade que pratica a responsabilidade social e, também, de outros indicadores gerenciais, tendo como base a DVA – Demonstração do Valor Adicionado.

A metodologia dos quatro primeiros indicadores apresenta perguntas que devem ser respondidas pelas partes interessadas, sendo que suas respostas, efetuadas por meio de pontos, variam de zero a dez. Serão atribuídos pesos com base no grau de importância percebida pelos autores deste livro, ou seja, funcionários, clientes, fornecedores e acionistas. A entidade que alcançar pontuação próxima à máxima, com certeza terá reflexos positivos no seu resultado econômico-financeiro, como também na sua imagem interna e externa, o que será confirmado no próximo conjunto de indicadores de desempenho da entidade que pratica a responsabilidade social. No entanto, se o resultado da pontuação ficar abaixo de 60%

da pontuação máxima, a entidade deve rever suas práticas perante o público-alvo, implementando as respectivas medidas corretivas.

Os indicadores de desempenho da entidade que pratica a responsabilidade social do item 7.5, representam o resultado dos investimentos no social e ambiental, em termos financeiros, bem como reflete a satisfação das partes envolvidas com a entidade. Estes dados, que serão evidenciados em percentuais, devem ser analisados de maneira evolutiva mediante o acompanhamento de um número maior de exercícios sociais.

Os indicadores gerenciais com base na DVA do item 7.6 se consideram de vital importância como instrumento de avaliação para os gestores, pois evidenciam o histórico da composição do valor econômico gerado e sua respectiva distribuição, nos vários períodos enfocados. Também é um importante instrumento para a análise comparativa com a concorrência, quanto à geração e aplicação destes recursos originados da atividade operacional.

Na sequência, apresentamos o modelo desta ferramenta visando à sua melhor compreensão das informações relatadas.

	<u>Pontuação</u>	
	Apurada	Máxima
7.1 – <u>Indicadores da satisfação dos funcionários</u>	_____	740
7.1.1 – <u>Na atividade (Peso 3)</u> - (*) Ver observação no final	_____	120
7.1.1.1 – Tarefas diárias: orientação e acompanhamento por superior, feedback e reconhecimento	(de 0 a 10)	
7.1.1.2 – Delegação. Liberdade na tomada de decisões	_____	
7.1.1.3 – Comportamento da chefia com seus funcionários	_____	
7.1.1.4 – Como vejo a hierarquia/estrutura organizacional	_____	
7.1.2 – <u>Remuneração e participação nos resultados (Peso 5)</u>	_____	<u>150</u>
7.1.2.1 – Remuneração e vantagens, inclusive participação nos resultados	_____	
7.1.2.2 – Premiação por desempenho	_____	
7.1.2.3 – Reconhecimento profissional	_____	
7.1.3 – <u>Desempenho profissional (Peso 5)</u>	_____	<u>150</u>
7.1.3.1 – Capacitação e treinamento interno/externo. Acompanhamento	_____	
7.1.3.2 – Incentivos a pesquisas	_____	
7.1.3.3 – Biblioteca, livros e revistas técnicas	_____	

7.1.4 – Benefícios Sociais (Peso 4)	_____	<u>200</u>
7.1.4.1 – Alimentação e higiene na entidade	_____	
7.1.4.2 – Esporte e Lazer	_____	
7.1.4.3 – Transporte e segurança no trabalho	_____	
7.1.4.4 – Planos de saúde: assistência médica, dentária, hospitalização, etc.	_____	
7.1.4.5 – Previdência privada	_____	

7.1.5 – Local de Trabalho (Peso 3)	_____	<u>120</u>
(Condições físicas e ambientais. Equipamentos disponíveis)		
7.1.5.1 – Condições físicas, iluminação, espaço, mesa de trabalho	_____	
7.1.5.2 – Equipamentos disponibilizados para as atividades	_____	
7.1.5.3 – Limpeza, manutenção e material de apoio à atividade	_____	
7.1.5.4 – Ventilação/ar-condicionado	_____	

(*) Observação: **(exemplo de pontuação máxima)**
4 itens x pontuação máxima de 10 x peso 3 = 120

	<u>Pontuação</u>	
7.2 – Indicadores da satisfação dos clientes	Apurada	Máxima
	_____	<u>460</u>
	(de 0 a 10)	
7.2.1 – Código do Consumidor (Peso 4)	_____	<u>80</u>
7.2.1.1 – Conhecimento e prática pela empresa	_____	
7.2.1.2 – A empresa distribui material informativo aos clientes	_____	
7.2.2 – Satisfação do cliente no processo de compra (Peso 5)	_____	<u>100</u>
7.2.2.1 – Rapidez no atendimento. Respeito e atenção dispensada	_____	
7.2.2.2 – Apreciação do ambiente local da compra	_____	
7.2.3 – Sobre o(s) Produto(s) (Peso 5)	_____	<u>200</u>
7.2.3.1 – Esclarecimentos prestados sobre o(s) produto(s)	_____	
7.2.3.2 – Qualidade e garantias oferecidas	_____	
7.2.3.3 – Variedade de produtos oferecidos	_____	
7.2.3.4 – Preço pago em conformidade com o mercado	_____	
7.2.4 – Atendimento pós-venda (Peso 4)	_____	<u>80</u>
7.2.4.1 – Canal de comunicação com os clientes	_____	
7.2.4.2 – Solução rápida em questões vinculadas aos produtos	_____	

7.3 – <u>Indicadores da satisfação dos fornecedores</u>	_____	290
7.3.1 – <u>Critérios na escolha dos fornecedores (Peso 3)</u>	_____	150
7.3.1.1 – Critérios razoáveis na escolha de fornecedores	_____	
7.3.1.2 – Princípios éticos nas negociações/exigências	_____	
7.3.1.3 – Fornecedores não utilizam mão de obra de menores	_____	
7.3.1.4 – Fornecedores em situação regular com o Fisco (federal, estadual e municipal)	_____	
7.3.1.5 – Outros	_____	
7.3.2 – <u>Preço justo acordado com o fornecedor (Peso 5)</u>	_____	100
7.3.2.1 – Preços praticados em igualdade com os do mercado interno	_____	
7.3.2.2 – Contrato entre as partes, estabelecendo as condições	_____	
7.3.3 – <u>Prazo de pagamento aos fornecedores e outras exigências (Peso 4)</u>	_____	40
7.3.3.1 – Prazo de pagamento conforme acordado	_____	
7.4 – <u>Indicadores da satisfação dos acionistas/analistas de investimentos</u>	_____	350
7.4.1 – <u>Transparência nas informações (Peso 5)</u>	_____	150
7.4.1.1 – Informações divulgadas aos acionistas s/ políticas adotadas pela empresa, seus mercados, seus produtos	_____	
7.4.1.2 – Informações divulgadas sobre os seus resultados	_____	
7.4.1.3 – Grau de confiabilidade nas informações	_____	
7.4.2 – <u>Realização de Resultados (Peso 4)</u>	_____	80
7.4.2.1 – Realização dos resultados, em relação à expectativa da própria empresa	_____	
7.4.2.2 – Realização dos resultados em relação à expectativa do acionista/analista de investimento	_____	
7.4.3 – <u>Dividendo./Juros s/ Capital Próprio (Peso 4)</u>	_____	40
O acionista deverá assinalar apenas uma das 3 questões abaixo, atendendo ao critério financeiro:		
7.4.3.1 – Distribuição em mais de 5% até 9% (Pontuação 6) e 10% (Pontuação 10) do que estabelece o Estatuto Social	<u>6 a 10</u>	40
7.4.3.2 – Distribuição em % igual ao que estabelece o Estatuto Social	<u>5</u>	20
7.4.3.3 – Distribuição em % inferior ao que estabelece o Estatuto Social, com justificção	<u>2</u>	8

7.4.4 – Atendimento ao acionista/analista de investimento interessado em investir na empresa (Peso 4)

_____ **80**

O acionista deverá pontuar as duas questões abaixo, quanto ao nível de atendimento prestado pela empresa:

7.4.4.1 – Critério de rapidez nas respostas/soluções _____

7.4.4.2 – Quanto ao conteúdo/esclarecimento das questões formuladas _____

Resultado da Pontuação dos Indicadores – 7.1 até 7.4

- Mais de 80% em cada um dos itens: a entidade/empresa está de parabéns, devendo procurar manter estes excelentes níveis de desempenho.
- De 60% a 80%: há campos para serem melhorados. Persista na busca de melhor desempenho.
- Menos de 60%: a entidade/empresa deve estabelecer propósitos, metas e prazos para a melhoria dos indicadores.

Outros indicadores recomendáveis

7.5 – Indicadores de desempenho da entidade que pratica a Responsabilidade Social

	<u>Ano 1</u>	<u>Ano 2</u>	<u>Ano 3</u>
7.5.1 – Aplicação de recursos na área social em relação ao resultado da atividade operacional	_____ %	_____ %	_____ %

Indica o percentual de recursos aplicados na atividade social (Colaboradores e Comunidade) em relação ao resultado da atividade da entidade.

Cálculo:

Somar os valores do quadro 08 (Colaboradores) com o do quadro 14 (Investimentos Sociais). Dividir esta soma pelo Resultado da Atividade Operacional, constante do Quadro 06. Não confunda com Lucro Líquido.

7.5.2 – Aplicação de recursos na área social e ambiental em relação ao resultado da atividade operacional

_____ % _____ % _____ %

Indica o percentual de recursos aplicados no social e ambiental (com os colaboradores, comunidade e meio ambiente) em relação ao resultado da atividade da entidade.

Cálculo:

Somar os valores do quadro 08 (Colaboradores), com o do Quadro 14 (Investimentos Sociais) e o do Quadro 16 (Investimentos ambientais). Dividir pelo Resultado da Atividade Operacional, constante do Quadro 06.

7.5.3 – Bem-estar dos funcionários em relação ao resultado da atividade operacional

_____ % _____ % _____ %

Indica o percentual de investimento com os Colaboradores, em relação ao resultado da atividade operacional.

Cálculo:

Dividir o valor total (soma) do Quadro 08 (Colaboradores) com o resultado da atividade operacional, constante no Quadro 06.

7.5.4 – Benefícios sociais aos funcionários em relação com o resultado da atividade operacional

_____ % _____ % _____ %

Indica o percentual de investimento com os Benefícios sociais concedidos aos colaboradores, em relação ao resultado da atividade operacional.

Cálculo:

Dividir o valor correspondente ao total dos benefícios sociais c/ colaboradores, constante do Quadro 08, letra “C” com o resultado da atividade operacional, constante no Quadro 06.

7.5.5 – Desenvolvimento profissional em relação com o resultado da atividade operacional

_____ % _____ % _____ %

Indica o reflexo desse investimento no resultado operacional da empresa.

Cálculo:

Dividir o valor correspondente ao Investimento total em Desenvolvimento Pessoal/Profissional, constante do item “d” no Quadro 08 com o resultado da atividade operacional, constante no Quadro 06.

7.5.6 – Participação dos funcionários nos resultados em comparação com o resultado da atividade operacional

_____ % _____ % _____ %

Indica a premiação aos funcionários pelo seu desempenho quanto ao resultado alcançado.

Cálculo:

Dividir o valor das Participações nos Lucros ou Resultados, constante no campo “c” do Quadro 08, com o resultado da atividade operacional, constante no Quadro 06.

7.5.7 – Investimentos no meio ambiente em relação ao resultado da atividade operacional

_____ % _____ % _____ %

Indica o peso deste investimento sobre o resultado da empresa no período.

Cálculo:

Dividir o total dos investimentos em meio ambiente mencionados no Quadro 16, pelo resultado da atividade operacional, constante no Quadro 06.

7.5.8 – Lucro líquido na atividade operacional em relação com a receita líquida de vendas

_____ % _____ % _____ %

Indica o percentual de ganho na atividade, (ou o % de retorno à empresa) sobre suas vendas líquidas.

Cálculo:

Dividir o Resultado da Atividade Operacional pelo valor da Receita Líquida de Vendas e Serviços, ambos constantes no Quadro 06.

7.6 – Indicadores gerenciais com base na DVA – Demonstração do Valor Adicionado

Ano 1 Ano 2 Ano 3

7.6.1 – Remuneração média anual por funcionário

Soma dos salários, encargos e comissões sobre vendas, pagos aos empregados (item 7.1 da DVA) com divisão pelo total de empregados constante do Quadro 09.

7.6.2 – Participação dos funcionários no Valor Adicionado

Divisão do somatório com salários, encargos e comissões pagos aos empregados (item 7.1 da DVA) pelo total do Valor Adicionado a Distribuir (Item 6 da DVA).

7.6.3 – Carga tributária sobre a Receita Bruta de Vendas

Divisão do total dos Tributos – item 7.2 da DVA - pelo valor da Receita Bruta de Vendas, constante do item 1.1.

7.6.4 – Participação dos Governos no Valor Adicionado

Divisão do total dos Tributos, item 7.2 da DVA pelo Valor Adicionado Total a Distribuir, item 6.

7.6.5 – Participação dos financiadores no Valor Adicionado

Divisão do total de remuneração paga aos financiadores, item 7.3 da DVA, pelo Valor Adicionado Total a Distribuir, no item 6.

7.6.6 – Juros s/ Capital Próprio / Dividendos

Divisão do total da remuneração paga/devida aos acionistas/proprietários (item 7.4 da DVA) sobre os Lucros Líquidos, constantes do Quadro 06.

Considerações finais

A responsabilidade social e ambiental não é um modismo, é sim um modelo de gestão, constituindo-se num aspecto relevante nas relações comerciais, principalmente entre países. Essa importância pode ser observada pelos diversos códigos de conduta e normas existentes que passam a nortear o comércio internacional, como o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e iniciativas setoriais.

No Brasil existem diversas iniciativas empresariais que mostram que a responsabilidade social está tendo crescentes impactos, como por exemplo, o considerável número de empresas certificadas pela SA 8000, pela ISO 14001 e a crescente adoção das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e das Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU).

Adicionalmente, desde 2004, contamos com uma norma nacional da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a Responsabilidade Social, denominada NBR 16001, que estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema da gestão da responsabilidade social. A norma oferece elementos que permitem à organização formular e implementar uma política de responsabilidade social, entendida pela relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando ao desenvolvimento sustentável.

Nosso País reúne casos empresariais de êxito na incorporação da responsabilidade social, no qual se destaca o papel desenvolvido pelo Instituto Ethos, que oferece um conjunto de ferramentas para a incorporação da responsabilidade social pelas empresas. Atualmente o Ethos está envolvido, junto com o UniEthos, na elaboração da norma internacional de Responsabilidade Social, a ISO 26000, por meio do projeto 'Grupo de Trabalho Ethos para a ISO 26000', que conta com aproximadamente 70 empresas associadas ao Instituto Ethos, local de realização de plenárias e reuniões para discussão desta norma e utilizados recursos como uma plataforma virtual na internet para disseminar, entre elas, o desenvolvimento da futura norma.

Com base nos elementos apresentados neste trabalho, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, por intermédio da

Comissão de Estudos de Responsabilidade Social, propõe uma metodologia para divulgação das informações de natureza econômica, social e ambiental, enfatizando os aspectos qualitativos de tais elementos nas organizações. A utilização desse modelo pelas empresas vem suprir uma lacuna existente até então, na qual se busca a padronização e a comparabilidade das informações divulgadas entre os diversos segmentos.

Dada a relevância do tema na área empresarial, cabe ao profissional da Contabilidade entender esta temática e auxiliar em sua implantação, controle e avaliação. Para um aprofundamento no tema podem ser consultados alguns *sites*, revistas específicas e obras sobre o assunto, que cada vez são mais vastas. Na sequência, no sentido de contribuir na disseminação da responsabilidade social segue uma lista dos principais *sites*, revistas e obras que tratam sobre o tema “responsabilidade social”.



▪ Sites

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). Disponível em:

<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/AboutReportingFramework/>

INDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE. Disponível em:

<http://www.bovespa.com.br/pdf/indices/ISE.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS -

IBASE - *Balanco Social*. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). A-

presenta informações gerais sobre governança corporativa. Disponível em:

<http://www.ibgc.org.br/>

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Dis-

ponível em: <http://www.ethos.org.br>

PREMIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL RS. Assembleia Legislativa do

Rio Grande do Sul. Disponível em www.premiobalancosocial.org.br

ASSOCIACIÓN ESPAÑOLA DE CONTABILIDAD Y AUDITORIA – AECA.

Disponível em www.aeca.es/comisiones/rsc.

BDO TREVISAN. Responsabilidade Social Corporativa 2005 – 2006. Dispo-

nível em: www.bdotrevisan.com.br. Acesso em: 14 mar. 2007.

▪ Revistas específicas

REVISTA EXAME. *Guia de boa cidadania corporativa*. Edição especial. 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

ANUÁRIO EXPRESSÃO GESTÃO SOCIAL. Editora Expressão. 2004, 2005, 2006 e 2007.

▪ Obras

ASHLEY, Patrícia Almeida (Org.). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERNÁNDEZ CUESTA, Carmen. El estado del valor añadido. Partida Doble, n.496, abril 1990, p.171-178.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio (Orgs.). *Balanco Social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

FROES, César; MELO NETO, Francisco Paulo de. *Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

GALLIZO LARRAZ, Jose Luiz. El valor añadido en la información contable de la empresa: análisis y aplicaciones. Madrid: ICAC, 1990 , p. 371-389.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Balanço Social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. Demonstração do valor adicionado de bancos. IOB – Te-mática Contábil e Balanços, n. 15-93, 1993, p. 128-133.

SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Atlas, 2003

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

ZACHARIAS, Oceano. *SA 8000 – Responsabilidade Social – NBR 16000: estratégia para empresas socialmente responsáveis*. São Paulo: EPSE, 2004.

NORMAS E CERTIFICAÇÕES

Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15

Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 3.7

Norma Brasileira de Referência – NBR 16.001:2004

Social Accountability - SA 8000

Accountability - AA 1000

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADÍA, José Mariano Moneva; KROETZ, Cesar Eduardo. Modelos de Gestión Basados em La Creación de Riqueza Social. **Contabilidade e Informação**. Ijuí, nº 21, p. 15-24. Unijuí, 2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 16001: Responsabilidade social – sistema da gestão – requisitos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BEN, Fernando. Contabilidade Ambiental e a Realidade Empresarial. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 124, p. 64-75, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n. 1003-2004: Informações de Natureza Social e Ambiental . Disponível em www.cfc.org.br.

_____. Resolução CFC n. 1.010- 2005: Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em www.cfc.org.br.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. *Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. Online*. 5 ed. Porto Alegre: CRCRS, 2007. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios.PDF

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *Diretrizes para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade*. Boston/USA: 2006. Disponível em: www.globalreporting.org. Acesso em: 20-05-2006.

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

CMMAD – Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

PREMIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL RS. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em www.premiobalancosocial.org.br

INDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE. Questionário do ISE. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/pdf/indices/ISE.pdf>.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Ferramentas de gestão*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE - *Balanco Social*. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Vozes, 2004.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Balanço Social: uma proposta de normatização. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: nº 104, p. 54-65, 2001.

_____. Demonstração da Responsabilidade Social. Anais da IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Gramado – RS, 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, Cesar. Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

